

Psicologia em movimento

ISSN 2319-085X

Conselho Regional de Psicologia
Santa Catarina - 12a Região
Nº 5 - Gestão 2013/2016
Maio/Dezembro de 2015



II Congresso Catarinense

PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO



**A Psicologia catarinense
em movimento**

3 Editorial**4** Gestão

9º Congresso Nacional da Psicologia

6 Política de Participação e Colaboração

Gestão democrática e de construção coletiva

10 Políticas Públicas

Luta Antimanicomial pede saída do coordenador de Saúde Mental do ministério

12 Políticas Públicas

Eixo Saúde - Ações com a Rede de Atenção Psicossocial | XI Encontro Catarinense de Saúde Mental | Desafios da atuação profissional na Saúde Suplementar | SOS CREPOP | Entidades debatem pautas comuns na Saúde

15 Políticas Públicas

Eixo Assistência Social - Lançada frente parlamentar em defesa da assistência social | Comissão de Assistência Social da OAB

16 Políticas Públicas

Eixo Educação - Psicologia Educacional debatida com parlamentar | Análise do site da Comissão Nacional de Psicologia na Educação do CFP | Seminário de Psicologia Educacional do IFSC

18 Políticas Públicas

Eixo Psicologia na Relação com a Justiça - Atuação das/os psicólogas/os e assistentes sociais do SUS e SUAS quanto à relação com o Sistema de Justiça

19 Políticas Públicas

Democratização da Comunicação - Debate reuniu grupos de comunicação e movimentos sociais

20 Políticas Públicas

Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho - III Congresso Ibero Americano Sobre Assédio Moral e Institucional | Moção contra a opressão de gênero nas instituições da Psicologia

22 Direitos Humanos

Vistoria Federal realizada em presídios de Santa Catarina | 2º Seminário Santa Catarina Sem Tortura | Reunião com Poder Executivo do Estado para cobrar o Comitê e Mecanismo de Combate à Tortura em Santa Catarina | CRP-12 promoveu debate sobre a consciência negra

26 Atuação ProfissionalCATE - Pesquisa subsidia debate sobre especialidades | Formação Após a Graduação: profissional ou acadêmica? | Impacto do Marco Regulatório da certificação
COE - Publicação Legal
COF - Política de Álcool e outras Drogas | Alerta sobre as práticas associadas à Psicologia sem sustentação científica e sem ética dialógica com o usuário | XV

Encontro Paranaense de Psicologia

31 II Congresso Psicologia Ciência e Profissão**38** Relações Institucionais

27 de agosto - Dia do Psicólogo | CRP-12 assume representação do Brasil na ULAPSI

42 Entrevista

O assédio moral no trabalho

44 O assunto é...

Gênero, Diversidade Sexual e a Atuação das/os profissionais de Psicologia

46 Cidadania

Atenção aos imigrantes e refugiados | III Encontro Nacional de estudantes Indígenas | CRP-12 apoia movimento contra a redução penal

49 Formação

Seminário Licenciatura em Psicologia - Perspectivas de atuação

50 Identidade profissional

Novos profissionais recebem carteiras de registro do CRP-12 em várias cidades | Piso Salarial: o necessário debate sobre as condições dignas de trabalho

52 Transparência**55** Agenda

Expediente

Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região - CRP-12

Sede: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826

Escritório Setorial Oeste: Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

www.crp12.org.brwww.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X

Envie sua participação, sugestão, crítica ou comentário para comunicacao@crpsc.org.brConselho Editorial: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Inea Giovana da Silva Arioli
Jornalista: Sandra Werle (SC 0515 - J/P)
Produção: Letra Editorial
Impressão: Gráfica Meta
Tiragem: 12.500 exemplares**DIRETORIA****Conselheira****Presidenta:** Jaira Terezinha da Silva Rodrigues**Conselheira Vice-Presidente:** Igor Schutz dos Santos**Conselheiro****Tesoureiro:** Fabricio Antonio Raupp**Conselheira Secretária:**

Anderson Luis Schuck

Conselheiras(os) Efetivas(os)Ana Maria Pereira Lopes
CRP-12/01423Anderson Luis Schuck
CRP-12/10082Fabricio Antonio Raupp
CRP-12/08012Inea Giovana da Silva Arioli
CRP-12/01269Igor Schutz dos Santos
CRP-12/07736Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
CRP-12/01706Maribel Batista Sebastião
CRP-12/08030Simone Vieira de Souza
CRP-12/01489Tatiane Cristine da Silva
CRP-12/08607**VIII PLENÁRIO****Conselheiras(os) Efetivas(os)**
Yara Maria Moreira de Faria
Hornke CRP-12/08685**Conselheiras(os) Suplentes**Aline Batista Bernardes
CRP-12/06683Geny Beckert
CRP-12/02454Giuliana de R. C. de Leandro Remor
CRP-12/05268Joice Danusa Justo
CRP-12/07017Juliana Lima Medeiros
CRP-12/08651Juliane Cristine Koerber Reis
CRP-12/00469Junior Cesar Goulart
CRP-12/11136

Psicólogas e Psicólogos Catarinenses

É uma ideia recorrente que estamos vivendo em um tempo de crise. Crise na economia, na política, nos meios de comunicação, nas relações, nas instituições, na política profissional.

Enquanto psicólogas e psicólogos cabe problematizar este contexto e usarmos de nossas ferramentas de intervenção para construirmos uma posição crítica a cerca do momento que estamos vivendo, bem como, definirmos o como participar deste processo.

As crises são dialéticas. Elas nos remetem a uma temporalidade não cronológica de passado, presente e futuro. Somos sugados pelos problemas, pela alienação da dor que muitas vezes nos faz esquecer, fragilizar, não querer saber... A capacidade de perceber, escutar e observar ficam prejudicadas e a palavra se cala. E capturados por este turbilhão de sentimentos, sentimentos estes que vemos ser reproduzidos cotidianamente na voz de nossos usuários, dos meios de comunicação, nos locais de trabalho, nos discursos de profissão (...) que não vemos na crise um potencial de crescimento, de vida, de resiliência, de protagonismo, de criatividade. Esquecemos que a crise também pode levar a vida ao crescimento.

É necessário problematizar estes discursos que nos impedem da aproximação dessa experiência singular de criar um novo arranjo, novas oportunidades. É na crise que temos a oportunidade de desenvolver novas tecnologias, acessar no-

vos saberes, aprimorar os sentidos, a escuta, a observação, o diálogo, construções coletivas, pensar e contribuir com um projeto possível.

Dentro deste contexto é que apresentamos a quinta edição de nossa revista *Psicologia em Movimento*. Ela é uma edição ampliada referente aos meses de maio à dezembro de 2015. Dentre as muitas ações realizadas pelo VIII Plenário neste período nas diferentes editoriais, destacamos as representações realizadas pelo CRP/12 nos diversos campos de atuação, a realização do dia do Psicólogo, as reuniões nos 11 polos de articulação criados em todo estado catarinense, os eventos em parceria com um número cada dia maior de entidades como por exemplo: Amanhecer contra a Redução; XI Encontro Catarinense de Saúde Mental, o Seminário de Psicologia Educacional do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC e o III Congresso Ibero Americano sobre Assédio Moral e institucional.

Nesta edição procuramos colocar as psicólogas/os a par dos principais debates realizados nas diferentes instâncias de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF, reuniões nacionais de GTs e Assembleia orçamentária de SC). Diálogos nem sempre amistosos, mas que traduzem os Projetos políticos em curso para a Psicologia brasileira. Leia com atenção os muitos posicionamentos traduzidos em notas e manifestos para posicionar-se com críti-



dade e conhecimento de causa na maior instância deliberativa da Psicologia brasileira, o Congresso Nacional de Psicologia, processo este que se deu início no mês de outubro com os eventos preparatórios e será finalizado em julho de 2016 com o Congresso Nacional de Psicologia. Paralelamente será realizado o processo eleitoral do Sistema Conselhos, onde você exercerá seu direito de participar e votar.

Nesta edição ainda, você poderá acompanhar os principais debates do II Congresso Catarinense Ciência e Profissão, que reuniu mais de 1500 participantes em nosso Estado e conhecer as novidades no campo do exercício profissional, da política, da sociedade contemporânea.

Esta V edição mostra de forma clara e transparente a forma como o VIII Plenário vem cuidando da Psicologia catarinense. Apesar dos momentos de tensão que temos vivenciado na Psicologia e na sociedade brasileira, estamos construindo com você a Psicologia que queremos e acreditamos. Venha fazer parte deste time, pois Psicologia com participação é movimento!

VIII Plenário do CRP-12
(Gestão 2013-2016)

9º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária



9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), acontecerá em Brasília entre 16 e 19 de junho de 2016, com o tema Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária. O CNP é precedido de eventos preparatórios, pré-congressos e do Congresso Regional da Psicologia (COREP), que em Santa Catarina inicialmente está marcado para os dias 30 de abril e 1º de maio. Ao longo de todo esse processo, as/os psicólogas/os deliberam sobre as propostas que devem orientar a gestão do Sistema Conselhos de Psicologia entre 2017 e 2019.

Por isso, o CRP-12 convida as/os psicólogas/os a participar de cada etapa deste processo e contribuir com propostas para o COREP e CNP.

Como participar e contribuir?

Os eventos preparatórios estão sendo realizados desde outubro de 2015 e irão até fevereiro de 2016, mobilizando amplamente as/os psicólogas/os por meio de discussões de base, encontros temáticos, mesas redondas, debates online e outros, com o objetivo de favorecer a organização da categoria para o levantamento de questões e elaboração de propostas a serem apreciadas e votadas nos pré-congressos.

Por isso, aproveite os eventos preparatórios – que serão realizados no mês de janeiro e fevereiro ou elabore sua proposta de forma independente para a Psicologia Brasileira, preenchendo sua pro-

posta em formulário eletrônico que está disponível no site do CRP-12

http://www.crp12.org.br/?open_pag&pid=4142.

Encaminhamento das propostas

As propostas debatidas e elaboradas nos eventos preparatórios, entregues pessoalmente ou via formulário eletrônico são votadas nos pré-congressos regionais de Psicologia em cada estado, fase em que psicólogas/os também podem elaborar novas propostas e se candidatar a delegadas/os para o Congresso Regional de Psicologia (COREP).

As propostas votadas e aprovadas nos pré-congressos são encaminhadas para o COREP, onde serão votadas pelos delegados eleitos na etapa anterior. No COREP, serão sistematizadas e votadas as propostas para serem executadas no próximo triênio, em âmbito estadual e nacional e será eleita a delegação que representará Santa Catarina no Congresso Nacional da Psicologia, em junho.

No CNP, as delegações estaduais votam as propostas aprovadas nos COREPs de 23 estados brasileiros. O conjunto de propostas finalmente aprovadas é então compilado em um Caderno de Deliberações nacionais, que servirá de diretriz política para a atuação do Sistema Conselhos no próximo triênio, de 2017 a 2019. Paralelo a este processo serão organizadas chapas para concorrer, no mês de agosto de 2016, aos conselhos regionais e federal de Psicologia.

Objetivos

- Promover a organização e a mobilização das (os) psicólogas (os) do país possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão;
- Definir políticas nacionais referentes ao tema do 9º CNP a serem implementadas e / ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia, na gestão 2017 a 2019.
- Garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão ao mandato do Conselho Federal de Psicologia, na gestão 2017 a 2019.
- Garantir a participação direta das (os) psicólogas (os) no processo de deliberação acerca das ações a serem desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, favorecendo e valorizando seu protagonismo e auto-organização em relação às etapas que precedem o CNP e os COREPs – Congressos Regionais de Psicologia.

Eixos Temáticos

- Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade;
- Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos;
- Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.

Organize um Pré Congresso Livre

Os Pré Congressos Livres são atividades independentes, organizadas por grupos de psicólogas/os que desejam discutir temas pertinentes à prática profissional visando a elaboração de propostas para serem apreciadas no COREP.

Esses eventos não se vinculam institucionalmente ao CRP, mas podem ser publicizados nos canais informativos, caso seja solicitado à COMORG/SC até 15 de fevereiro de 2016 e estar submetido as normas previstas pelo regulamento do CNP e do respectivo COREP.

Solicitações para o email: comorg@crpsc.org.br

Como enviar uma proposta?

- Baixe o formulário no site:
http://www.crpsc.org.br/?open_pag&pid=4142.
- Preencha todos os campos indicados.
- Envie o formulário via e-mail para comorg@crpsc.org.br
- As propostas podem ser enviadas até 9 de abril, quando será realizada a quarta rodada de Pré-congressos.

Veja o calendário de atividades já marcadas para 2016, participe e organize outros com seus grupos de interesse:

22/01	Evento Preparatório: Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão
22/01	Evento Preparatório: Condições Mínimas dos Espaços para Atendimentos Psicológicos
29/01	Evento Preparatório: Psicoterapia
12/02	Assembleia Geral Extraordinária para nomeação da Comissão Eleitoral
19 e 20/02	Seminário sobre Política de Participação e Controle Social (Veja mais informações no encarte desta edição)
25/02	Evento Preparatório: Imigrantes e Refugiados
05/03	Pré Congresso de Psicologia Chapecó
05/03	Pré Congresso de Psicologia Orleans
05/03	Pré Congresso de Psicologia Joinville
12/03	Pré Congresso de Psicologia Blumenau
12/03	Pré Congresso de Psicologia Grande Florianópolis
12/03	Pré Congresso de Psicologia Lages
02/04	Pré Congresso de Psicologia Itajaí
02/04	Pré Congresso de Psicologia Caçador
02/04	Pré Congresso de Psicologia São Miguel do Oeste
09/04	Pré Congresso de Psicologia Criciúma
09/04	Pré Congresso de Psicologia Rio do Sul
09/04	Pré Congresso de Psicologia Balneário Camboriú
30/04 01/05	Congresso Regional de Psicologia - COREP





Gestão democrática e de construção coletiva

A Política de Participação e Colaboração é uma ação baseada na gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da Psicologia. No ano de 2015, quatro rodadas foram realizadas em 11 municípios do estado de Santa Catarina, bem como, encontros bimestrais com os articuladores regionais que possuem a tarefa de coordenação dos grupos regionais e de fazer a interlocução entre a categoria e o CRP/12.

Essa rede de interlocuções com a categoria em várias cidades do Estado, abrangendo as cinco regiões, permite qualificar política e tecnicamente Psicólogas(os) colaboradoras(es) participantes, ampliando o diálogo sobre as de-

mandas das diferentes áreas de atuação da Psicologia.

São Miguel do Oeste

Piscólogas/os de São Miguel do Oeste se mobilizam para criar na cidade um polo da política de colaboração e participação do CRP/12. Uma reunião já foi realizada e abrangeu psicólogas/os da área clínica, educacional e de assistência social.



Ações Integradas

Ações integradas foram realizadas nas cidades de Campos Novos e Joinville. A primeira foi realizada no dia 08 de agosto com Psicólogos da AMPLASC e no dia 03 de outubro com Psicólogos de diferentes áreas no SESC em Joinville. As ações integradas objetivam estreitar o diálogo do CRP/12 com os profissionais e suas demandas regionais.

Segunda rodada de reuniões em 2015 define temas regionais

Entre junho e agosto foram realizadas reuniões com temáticas já escolhidas por cada grupo nas reuniões anteriores, concretizando assim a segunda rodada de reuniões programadas dentro da Política de Participação e Colaboração. Nesses encontros, os conselheiros do CRP-12 participaram presencialmente ou virtualmente por meio de ferramentas de comunicação. Antes mesmo da reunião presencial, os grupos debatem temas de interesse via e-mail ou chats. Confira alguns dos relatos enviados.

Blumenau - A pauta do encontro foi apresentada: "saúde do trabalhador". Os participantes contaram suas experiências e juntos observaram que é necessário tornar conhecida a Psicologia nos mais variados espaços através de projetos e o apontamento de práticas exitosas.

Chapecó - Um dos temas foi a participação nos Conselhos de Direitos Humanos e ainda as Conferências Municipais. O conselheiro Anderson Schuck falou do material produzido pelo CRP12 que capacita para participar das conferências. O CNP (Congresso Nacional da Psicologia) também foi abordado.



Lages - Com a participação de 63 pessoas, sendo psicólogos, estudantes de Psicologia, estudantes de Jornalismo, Assistente Social e a articuladora do CRP-12, Aline Batista Bernardi, foi feito um debate sobre “Redução da Maioridade Penal”. Estiveram presentes psicólogos que atuam nos serviços que atendem adolescentes que cometeram ato infracional, sendo Joseane Oliveira da Luz (Psicóloga CREAS – Vida Nova); Adriana Cabral de Ataíde (Assistente Social - Coordenadora Casa da Semiliberdade) e Eduardo A. de Matos (Psicólogo).

Criciúma - Contou-se com a presença de seis participantes e a articuladora deste Pólo, Maribel Batista Sebastião. Durante a discussão do tema Psicologia da Educação, subjetividade e inclusão, surgiu fortemente de forma transversal a temática da Maioridade Penal, a ser discutida no próximo encontro. Um dos encaminhamentos foi chamar gestores vinculados à educação, possibilitando a pontuação de problemas como a falta de capacitação para o segundo professor e da necessidade da inclusão do psicólogo neste espaço.



Balneário Camboriú - Estiveram 11 psicólogas(os), 52 estudantes e dois professores não psicólogos. O debate temático escolhido pela região foi “Suicídio e os Desafios para a Psicologia”, com subsídios apresentados pela articuladora. A importância do trabalho do psicólogo como aquele que promove cuidados em saúde mental como medidas de prevenção foi tema de debate.

Orleans - Estavam presentes 34 participantes, sendo 28 estudantes. O debate foi sobre “A redução da maioria penal”. Com os subsídios do material fornecido pelo CRP-12 foi exposto ao grupo alguns tópicos para direcionar o debate e discutiu-se sobre o papel do Estado da sociedade e da família. Os participantes tinham o entendimento de que essa redução não diminuiria a violência e de que o sistema prisional apresenta falhas em seu processo de ressocialização.



Caçador - Estiveram presentes na reunião cinco psicólogos e dez acadêmicos do curso de Psicologia da UNIARP. A articuladora da reunião, psicóloga Vanessa Dal Bosco Susin, resgatou os debates realizados na primeira reunião e apresentou o tema “trabalho interdisciplinar” para esse segundo encontro. Os depoimentos foram ricos e houve muita troca de experiências.

Itajaí - Os participantes debateram os temas a Saúde do Trabalhador e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Os subsídios foram apresentados pela conselheira Julianna Remor e a articuladora Claudia M. S. Figueiredo. Houeram relatos sobre o trabalho como promotor de sofrimento, prazer, saúde e doença mental, sobre o sofrimento de trabalhadores em função de um desejo e um conseqüente adoecimento psíquico, além de acidentes de trabalho e avarias na empresa.

Rio o Sul - Estavam presentes oito profissionais e 34 estudantes da Unidavi, sendo a articuladora Joice Danusa Justo. O tema foi a Terceirização do trabalho e depois do apanhado geral da situação do projeto de lei, foram feitas reflexões sobre as implicações sociais desta potencial situação que atingirá diretamente a saúde e qualidade de vida do trabalhador.



Joinville - Este encontro foi dedicado à discussão da temática “Psicologia no SUS, seus progressos e desafios”. Surgiram indagações e questionamentos dos estudantes acerca da relação pouco próxima da formação com as políticas de saúde e outras políticas setoriais. A conselheira Juliane Reis ressaltou que é necessário o fortalecimento do movimento estudantil na construção desta articulação.

Terceira rodada de reuniões em 2015 consolida a Política de Participação e Colaboração do CRP-12

Devido aos problemas causados pela chuva constante, as cidades de Rio do Sul, Blumenau e Joinville adiaram a realização dessa terceira rodada. Na maioria dos encontros houve o encaminhamento de realizar na região um evento preparatório para o 9º Congresso Nacional de Psicologia. Confira um breve resumo do que foi discutido nas demais cidades.



Lages - Foi realizada, no dia 23 de outubro, uma roda de conversa com o tema “Trabalho da/o psicóloga/o com relação às demandas da Justiça”.

Itajaí - O assunto debatido foi a Avaliação Psicossocial nas NRs 33 e 35 e a reunião foi muito produtiva, sendo definido que o tema precisa ser aprofundado. Houve a sugestão para quando houver temas específicos estivesse presente algum especialista na área.



Orleans - Realizada no dia 26 de outubro, a reunião teve como tema a atuação da/o profissional psicóloga/o no mercado de trabalho discorrendo sobre a atuação, os desafios e as expectativas considerando a diversidade dos participantes em nível de formação. O encontro contou com a participação de 6 psicólogos e 51 estudantes.

Caçador - O encontro foi sobre o tema escolhido: Redução da maioria Penal. Entre as muitas opiniões, destacou-se muito a importância da educação no contexto da prevenção à violência.



Chapecó - O assunto debatido no encontro do dia 23 de outubro foi “Participação Social”, ou seja, de que forma a Psicologia está inserida no contexto das políticas públicas e colabora para o exercício da cidadania.

Balneário Camboriú - Realizado em 3 de novembro, o encontro contou com a participação de 9 psicólogas, 6 estudantes de psicologia. Foram abordados os desafios da prática da/o psicóloga/o na saúde pública, a relevância do NASF. Falaram as convidadas: enfermeira Andressa Haddad, diretora da Atenção Especializada da Secretaria de Saúde de Balneário Camboriú, Juliane de Moliner, psicóloga do CAPS de Balneário Camboriú e Kenia Zapellini, psicóloga do CAPS de Camboriú. Outro tema citado, no decorrer do diálogo, foi a necessidade de atenção ao psicólogo como trabalhador de saúde mental.



Criciúma - Com a temática redução da maioria penal, o encontro contou com a participação de sete psicólogos que disseram entender o assunto como complexo e que exige muita discussão. Há necessidade de ampliar os debates no sentido de buscar soluções para esta questão.

Florianópolis - a reunião foi realizada na sede do CRP-12 no dia 23 de outubro e os presentes debateram a Participação Social.

Em dezembro psicólogos/os de 11 cidades realizaram a quarta rodada de encontros da Psicologia catarinense

Temas como a saúde mental, a Rede de Atenção Psicossocial, participação social e a atuação dos psicólogos no NASF estiveram em pauta nas reuniões que concretizaram a quarta rodada, realizada em 11 cidades do estado - Chapecó, Blumenau, Criciúma, Grande Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages, Rio do Sul,

Balneário Camboriú, Caçador e Orleans - entre os dias 2 e 10 de dezembro.

Todas as reuniões foram consideradas eventos preparatórios para o CNP e formularam propostas ao Congresso.

Esta quarta rodada também serviu como fechamento do ano e, por isso mesmo, foram reali-

zadas confraternizações com os presentes, no que pode ser considerada uma comemoração à participação de todas/os, fato que certamente enriqueceu o debate e o fazer profissional das/os psicólogas/os em 2015. A diretoria e todo o VIII Plenário do CRP-12 convida você para a continuidade desses ricos debates em 2016.



Blumenau - O encontro realizado em Blumenau no dia 4 de dezembro resgatou o tema "Saúde Mental, articulados com seu fazer junto ao CREAS", que havia sido indicado para a terceira rodada de reuniões, suspensa por causa das chuvas na região. O encontro foi considerado muito produtivo pelos presentes, que enfatizaram a necessidade de trazer mais profissionais a participar. Na reunião também foi detalhado aos participantes o processo de construção do CNP, além de incentivar a participação de todos para envio de propostas através do site do CRP-12.

Joinville - Profissionais de diversas áreas de atuação participaram da reunião no dia 04/12, enriquecendo muito o debate. As reflexões apontaram as necessidades de formação continuada, por meio dos encontros locais.



Chapecó - Os participantes elaboraram propostas ao 9º CNP e propuseram a realização de um evento da Psicologia no Oeste catarinense. O tema Imigrantes e Refugiados também entrou na pauta.

Balneário Camboriú - A atuação do psicólogo no NASF foi o tema debatido por profissionais que atuam no CAPS, em clínica e no CREAS POP da região. A reunião foi realizada no dia 05/12 e os presentes redigiram propostas ao 9º CNP.

Caçador - Com ênfase nos debates sobre o CNP, a reunião da 4ª rodada da Política de Participação e Colaboração em Caçador reuniu 16 profissionais e um estudante que, após o debate, definiram pela apresentação de 8 propostas a serem apresentadas no Pré-Congresso a ser realizado em Caçador no dia 2 de abril de 2016.



Luta antimanicomial pede saída do coordenador de Saúde Mental do ministério

Militantes do movimento antimanicomial de todo o país se mobilizaram, em dezembro de 2015, pedindo a renúncia do coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Valencius Wurch Duarte Filho, empossado no início daquele mês. Para os trabalhadores na saúde mental, pacientes, familiares e demais militantes, ele representa um retrocesso na luta antimanicomial e na reforma psiquiátrica implantada no país a partir da Lei 10.216/2001, que instituiu os cuidados psicossociais aos pacientes e não mais o isolamento e a internação.

As entidades catarinenses que defendem a reforma psiquiátrica brasileira organizaram manifestação em Florianópolis no dia 16 de dezembro.

Manifestação do Sistema Conselhos

Os representantes dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, reunidos na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) no dia 12/12/2015, aprovaram nota de “repúdio e indignação” pela indicação feita pelo Ministro da Saúde, Marcelo Castro, do médico psiquiatra Wurch. “É inaceitável para esse coletivo calar-se frente ao risco de mais este enorme retrocesso e por isso nos colocamos ao lado de todos os demais movimentos e manifestos de repúdio a esta afronta – uma ameaça de desmonte do SUS e de aniquilamento da reforma psiquiátrica”, aponta o texto.

A nota aprovada na APAF apresenta argumentos que justificam a

rejeição a Valencius Wurch:

“No Brasil, temos um longo histórico de lutas e conquistas pela Reforma Psiquiátrica que culminaram com as asseguradas pela lei 10.216/2001, pelas portarias subsequentes do Ministério da Saúde e com as deliberações das Conferências de Saúde e Saúde Mental, que vêm determinando a progressiva desinstitucionalização e desospitalização das pessoas em sofrimento psíquico, substituindo os manicômios por uma rede de serviços comunitários de saúde mental, tais como: Centros de Atenção Psicossocial, Serviços Residenciais Terapêuticos, Pensões Protegidas, Cooperativas de Trabalho, Oficinas de Geração de Renda, Centros de Convivência e ações de saúde mental na Atenção Básica entre outros, além da criação de leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais. Todos estes dispositivos seguem a lógica da descentralização e da territorialização do atendimento em saúde, previstos na Lei Federal que institui o SUS (lei 8080/1990).

Contudo, contradizendo todos os nossos avanços de décadas, reconhecidos internacionalmente como modelo de humanização do cuidado, o escolhido pelo ministro representa

interesses de uma política de privatização da saúde, de violação aos princípios fundamentais do SUS, da lei da Reforma Psiquiátrica e dos Direitos Humanos. O indicado foi diretor do maior manicômio privado da América Latina, a Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi, que foi fechado por ordem judicial em 2012 após anos de denúncias sobre violações dos Direitos Humanos, diante das condições subumanas a que os pacientes eram submetidos. Além disso, trata-se de um opositor histórico ao movimento antimanicomial, crítico ferrenho da Lei 10.216/2001 desde o início, que desqualifica os saberes e práticas da Psicologia e de outras ciências no campo da saúde mental ao taxar de meramente ideológico o fechamento dos manicômios.

Ser contrário à política pública brasileira de atenção à saúde mental, fonte de inspiração para outros países, significa desconsiderar a importância do trabalho em rede, intersetorial e multidisciplinar que hoje tanto valorizamos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Apenas nos aproximadamente 2.300 CAPS trabalham mais de 30 mil profissionais da saúde mental, entre eles milhares de Psicólogos, atendendo milhões de pessoas.”

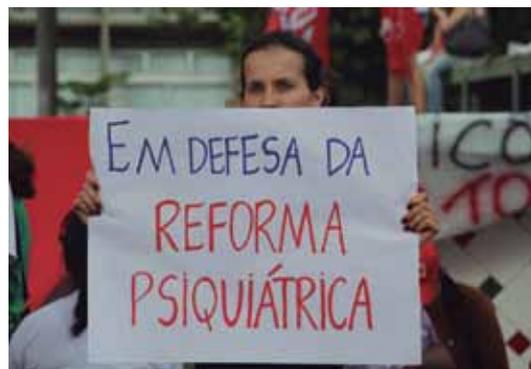


NEM UM PASSO ATRÁS!! MANICÔMIO NUNCA MAIS!!!

A mobilização para afastar o coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Valencius Wurch Duarte Filho, continua.

As entidades catarinenses que militam no movimento antimanicomial realizaram manifestação de rua no dia 16 de dezembro de 2015 e, em 2016, continuarão a luta em defesa da reforma psiquiátrica e pelo fim dos manicômios. O CRP-12 realizou coleta de assinaturas em um abaixo-assinado que será enviado para a Comissão de Saúde da ALESC e Ministério da Saúde.

PARTICIPE DESTA LUTA! Entre em contato com o CRP-12 e assine o documento: comunicacao@crpsc.org.br



Eixo Saúde

Ações com a Rede de Assistência Psicossocial

Ao mesmo tempo em que são comemoradas as conquistas que impulsionaram a reforma psiquiátrica brasileira, também reitera-se o compromisso de manter o movimento em prol da transformação da política de assistência na Atenção Psicossocial. Em Santa Catarina, o CRP 12, ao participar das discussões e construção do modelo substitutivo ao modelo hospitalocêntrico, vem se mantendo com a categoria, na reafirmação de direitos alcançados com a Reforma Psiquiátrica. Entretanto, na contramão desse movimento, ainda ocorrem práticas como internações compulsórias, financiamento público de comunidades terapêuticas, manutenção e ampliação do número de leitos em Hospitais Psiquiátricos e criação de instituições asilares. O número de CAPS ain-

da não é correspondente ao que prevê a legislação. Os serviços visando desinstitucionalização como os Serviços Residenciais Terapêuticos e Centros de Convivência, por exemplo, não tem sido implementados. Percebendo o cenário atual, convidamos todos os atores sociais e instituições parceiras a participarem desses importantes espaços de diálogos e construções coletivas em defesa dos direitos fundamentais.

Dia da Luta Antimanicomial

- O CRP-12 organizou atividade em 18 de maio, data da Luta Antimanicomial, na sede do Conselho, em Florianópolis, e nas cidades de Chapecó, Criciúma, Itajaí, Orleans, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste e Xanxerê, contando com a parceria de instituições

de ensino e entidades da Psicologia.

Foi apresentado vídeo onde o presidente da Abrasme (Associação Brasileira de Saúde Mental), professor doutor Walter Oliveira, falou do processo de reforma psiquiátrica no Brasil. A conselheira presidente, Jaira Rodrigues, abordou as contribuições da Psicologia nessa reforma e na sequência houve apresentação dos avanços e os desafios, assim como a apresentação das referências do Crepop para o trabalho nos CAPS.

Por fim, os participantes discutiram a formulação de uma Carta sobre a realidade da Atenção Psicossocial em Santa Catarina, que foi encaminhada ao Conselho Estadual de Saúde, elencando problemas indicados pelos participantes do debate realizado.

XI Encontro Catarinense de Saúde Mental

O XI Encontro Catarinense de Saúde Mental – ECSM foi realizado de 14 a 16 de outubro de 2015, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, em Florianópolis. A realização foi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme). O CRP-12 assinou o apoio do evento, juntamente com a Funjab, Capes, Fapesc, CFP, CCS-UFSC, Nute-UFSC e Coren.

O ECSM tem abrangência na-

cional e caráter internacional, trazendo debates e reflexões importantes para o campo da saúde mental e da atenção psicossocial (SMAPS). O tema desta 11ª edição foi “A Cidade e a Saúde: Vivências na dimensão psicossocial”.

Na tarde do dia 16, o CRP-12 realizou a Mesa Redonda “A Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina: o que temos e o que queremos”. A mesa, mediada

pela conselheira presidente Jaira Rodrigues, contou com a presença de Alexandre Teixeira Trino, Coordenador adjunto de Saúde Mental Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde; Celso Luiz Dellagiustina, assessor técnico da Comissão de Saúde da ALESC; e o psicólogo Marcos Vinícius de Oliveira Silva.





Desafios da atuação profissional na Saúde Suplementar

O CRP-12 promoveu no dia 25 de setembro um encontro com os psicólogos para debater e elaborar propostas sobre a relação de trabalho entre as operadoras de planos de saúde e os profissionais da Psicologia, tratando de questões trabalhistas, técnicas e ético-disciplinares.

A presidente do CRP-12, Jaira Terezinha Rodrigues, conduziu os trabalhos que foram exibidos ao vivo pelo site da entidade. “Queremos colaborar para o exercício profissional neste campo, promovendo propostas para levar ao 9 Congresso Nacional de Psicologia, além de qualificar os serviços prestados pelos psicólogos”, destacou a presidente.

Resultados da Pesquisa do GT

A primeira meta do Grupo de Trabalho foi estabelecer referências éticas, técnicas que fomentem a valorização para atuação do psicólogo na saúde suplementar.

De acordo com os dados coletados, os psicólogos mantêm um total de 101 convênios, com 29 diferentes operadoras. As empresas com maior número de convênios são Unimed, Agemed e Cassi. Com relação aos serviços de cobertura pelos convênios, a Psicoterapia liderou o ranking com 63% de atuação. Outras coberturas abrangem serviços de acompanhamento, avaliações gerais, e orientação profissional. Dentro da psicoterapia, os atendimentos individuais são os mais procurados, com 40% de frequência.

O conselheiro do CRP do Rio de Janeiro, Alexandre Trzan Ávila, doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, apresentou o cenário atual sobre os desafios da atuação da psicologia e trouxe para o debate questões como a necessidade de encaminhamento médico, obrigatoriedade de contratos e suas perspectivas sobre a saúde privada e pública.

Além disso, Alexandre compartilhou algumas informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O Brasil conta hoje com mais de 63 milhões de beneficiários de planos de saúde com 1.400 operadoras ativas. “Esses números reforçam

Categorias levantadas: Efetivado pela Operadora X Esperado pela ética e técnica profissional

- Ato médico instituído: considera que o paciente e o psicólogo devem decidir sobre o início, continuidade e finalização do processo terapêutico.
- Tempo de sessão de 40 a 60 minutos: o tempo seja uma escolha profissional, considerando parâmetros éticos e técnicos.
- Número máximo de sessões estabelecidas: que o número de sessões seja estabelecido pelo profissional junto ao paciente, tendo como referência avaliação do quadro clínico.
- Valores repassados considerados baixos: que exista maior valor pago, com base nas tabelas vigentes e de mercado.

a importância de pensarmos em ações para fortalecer a atuação do psicólogo, como o alinhamento de contrato com cláusulas bem formuladas e critérios para definir o fator de qualidade”, ressaltou Alexandre.

Logo após, a psicóloga Rosane Muller Granzotto, representante do Fórum de Entidades de Psicologia Catarinense (Fepsic) apresentou os resultados da pesquisa do Grupo de Trabalho Saúde Suplementar do CRP-12, que teve como objetivo identificar as principais problemáticas da área bem como as demandas relativas de campo de trabalho e qualificação profissional.



tes e de mercado.

De acordo com psicóloga Rosane, a ideia é buscar melhorias nesses itens apresentados e fazer referência específica à psicologia nos contratos com as Operadoras.

O GT Saúde Suplementar concluiu que o trabalho junto às Operadoras de Planos de Saúde exige, além da Psicologia, a organização administrativa do serviço prestado e clareza quanto à complexidade de se trabalhar com planos de saúde. “Nesse cenário apresentado, vimos a importância desse diálogo para buscarmos maior autonomia dos profissionais”, comentou Rosane Muller Granzotto

Eixo Saúde

No dia 14 de agosto de 2015, dezessete Conselhos Regionais de Psicologia, entre eles o CRP-12, de Santa Catarina, divulgaram Carta Aberta denunciando a situação de sucateamento e ameaça de desmonte sofrido pelo CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas). Veja a íntegra da Carta:

Às/aos profissionais de Psicologia e à sociedade brasileira

SOS CREPOP!!!!

Vimos por meio desta esclarecer às/aos profissionais de Psicologia e a toda sociedade brasileira a atual situação de sucateamento e ameaça de desmonte do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) pela atual gestão do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2013 -2016).

O CREPOP, instaurado em 2006 através do Sistema Conselhos de Psicologia, tem o objetivo de ampliar e referenciar a atuação da/o psicóloga/o na esfera pública. Possui como estratégia a identificação das atuações da categoria nas políticas públicas em seus diferentes níveis de ação. Entre 2006 e 2013 esta estratégia possibilitou a investigação da prática psicológica e a orientação para garantia dos direitos humanos nos mais diversos âmbitos, como na saúde, educação e assistência social. Assim, o CREPOP se consolidou como um importante recurso para sistematização e difusão de conhecimentos, oferecendo referências para atuação nesse campo.

Neste período, a equipe CREPOP, constituída por Conselheira/os e Técnica/os de todos os Conselhos Regionais de Psicologia e pela Coordenação Nacional do CREPOP/CFP, produziu 21 pesquisas de campo realizadas com profissionais de psicologia e/ou gestores e 07 pesquisas bibliográficas. Destas, 16 pesquisas foram publicadas, distribuídas e disponibilizadas através do Portal Nacional do CREPOP (<http://crepop.pol.org.br/novo/>). Essas publicações possibilitaram o aumento da visibilidade da psicologia, assim como o fortalecimento do seu fazer ético-político na esfera pública, embasado “no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, conforme estabelecido nos Princípios Fundamentais do nosso Código de Ética.

Não podemos perder de vista que o reconhecimento da importância do papel do CREPOP está garantido pelas deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia (triênio 2013 - 2016) que estabelece: “O Sistema Conselhos manterá e implementará o Crepop como construtor de referências para a atuação profissional e recurso de gestão, com ampliação do diálogo com os Gestores Públicos na perspectiva da intersetorialidade, revendo e ampliando suas formas de comunicação e realizando pesquisas nas áreas de atuação ainda não contempladas” (p.32, 2013).

Visando dar continuidade às ações do CREPOP, em novembro de 2013 foi realiza-

da uma Reunião Nacional cujo objetivo foi definir os temas das pesquisas que seriam realizadas em 2014, sendo estes: “Atuação das (os) Psicólogas (os) em Direitos Sexuais e Reprodutivos” (tema oriundo do VII CNP); e “Atuação das (os) Psicólogas (os) na Política para Populações Indígenas, Populações Tradicionais e Comunidades Quilombolas” (tema oriundo do VIII CNP). Estes, juntamente com os encaminhamentos do VIII CNP, foram discutidos e constituíram ponto de pauta para a APAF (Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças), realizada em dezembro do mesmo ano, na qual foram deliberados os temas das pesquisas acima.

Ainda em 2014, uma vez as pesquisas aprovadas para realização, não houve nenhum encaminhamento até outubro do referido ano, quando ocorreu o treinamento dos Técnicos para a realização da pesquisa de campo. Diante da paralisação nos encaminhamentos acordados na APAF de dezembro de 2013, o Conselho Consultivo do CREPOP, durante Reunião Nacional do CREPOP (novembro/14), propôs um novo calendário de execução das pesquisas como parte do cronograma de ações que inclui a consolidação das etapas de finalização e publicação de 12 Referências Técnicas para atuação do psicólogo em políticas públicas, frutos das pesquisas realizadas até 2012. Tentativas outras continuaram por parte do conselho consultivo do CREPOP para dar andamento à agenda na ocasião do Seminário “Perspectivas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil a partir das Políticas Públicas”, realizado em Brasília nos dias 13 e 14/03/15. Este foi realizado pela Coordenação Nacional do CREPOP/CFP, mas sem o material de suporte necessário para definir a metodologia das duas pesquisas definidas. Assim, mais uma vez o Conselho Consultivo do CREPOP propôs um novo calendário com data inicial a partir de 30/03/15.

Em reunião extraordinária convocada pela Coordenação Nacional do CREPOP/CFP, em 23/04/15, tendo como pauta única a constituição de um Comitê Gestor, os Conselheiros foram convidados a constituir um comitê para trabalhar em prol da celeridade no processo de publicação das referências técnicas pendentes. Porém, além de não haver uma proposta do CFP para tal constituição, já havia deliberação na APAF de dezembro/14 para a formação de um GT (grupo de trabalho) para este fim. Mais uma vez, os representantes de todos os regionais solicitaram o encaminhamento do material, atas das reuniões já realizadas, e efetivação das ações acordadas

com o CFP para realização das pesquisas. Até o momento foram enviados apenas, e parcialmente, os Marcos Lógicos e Legais sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos. As demais etapas do cronograma de pesquisa e das publicações, estabelecidas em março/15, não foram cumpridas. Nenhuma justificativa foi emitida aos Conselhos Regionais e, em meados de julho, os CRP's receberam comunicado que o CREPOP Nacional estava sem Coordenação Nacional desde 27 de junho/15. A posse de uma nova coordenação foi comunicada em 07 de agosto/15.

Assim, os CRP's estão desde dezembro de 2013 com as ações do CREPOP reduzidas ou paralisadas. Nem pesquisa, nem publicação, nem distribuição das referências técnicas, nem resposta à solicitação de apoio financeiro a alguns Conselhos Regionais. O Portal CREPOP encontra-se parcialmente inacessível.

A paralisação do CREPOP implica em desperdício de recursos, haja vista os recursos financeiros investidos na manutenção dos Técnicos pesquisadores, em treinamentos para realização das pesquisas e em passagens para as reuniões realizadas em Brasília. Tais custos impactam no valor da anuidade para um serviço que deixou de ser oferecido à categoria e que é relevante para subsidiar a atuação dos profissionais.

Hoje a categoria sabe da importância do CREPOP como recurso para referendar a atuação no campo das políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento de intervenções éticas, inovadoras, contextualizadas e orientadas para o bem-estar e compromisso com a população. As/os profissionais também sabem da importância das referências técnicas para as/os gestoras(es), que passaram a conhecer, reconhecer e valorizar as funções da(o) psicóloga(o) nas políticas específicas. Estes pontos, deliberados pela(o)s profissionais no VIII CNP e nas APAF's, também respaldam duas lutas da(o) s psicóloga(o)s através dos sindicatos e com apoio do Sistema Conselhos: a redução da carga horária de trabalho para 30 horas e o piso salarial.

Diante das condições atuais, os Conselhos Regionais de Psicologia que assinam esta carta se perguntam: QUAL O FUTURO DO CREPOP NA ATUAL GESTÃO DO CFP? QUAL O COMPROMISSO DO CFP COM AS DELIBERAÇÕES DO CNP? COMO GARANTIR O COMPROMISSO DOS CRP'S COM OS PROFISSIONAIS? QUAIS SERÃO AS REFERÊNCIAS PARA OS PSICÓLOGOS ATENDEREM AS DEMANDAS DA SOCIEDADE?

Entidades debatem pautas comuns na Saúde

Eixo Saúde

Representantes dos conselhos profissionais da área da saúde estiveram, no dia 27 de novembro, na sede do CRP-12, em Florianópolis, para debater a participação no Conselho Estadual de Saúde. A preocupação é de que os representantes dos trabalhadores escolhidos entre os Conselhos Profissionais possam receber definições debatidas no conjunto das profissões para defender dentro do Conselho Estadual de Saúde. A representação dos Conselhos Profissionais se dá com um titular e um suplente.

Outras entidades ligadas à Saúde, como a Comissão de Saúde

da ALESC, Comitê de Desinstitucionalização, DEAP, Vigilância Sanitária, CONEN e outros, também foram convidadas a participar da reunião com o objetivo de estabelecer um calendário contínuo de discussões conjuntas sobre o tema da Saúde.

A presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues apresentou aos presentes a boa notícia de que está criado o Grupo de Trabalho em Saúde Mental que irá assessorar a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, onde importantes políticas de saúde mental e assistência social poderão ser encaminhadas.

O representante do DEAP Rafael Fachini participou da reunião para debater questões sobre o sistema prisional e o acesso à saúde da população carcerária.

A pauta da reunião também abordou a Saúde Suplementar, política de álcool e outras drogas e ações de saúde em caráter multidisciplinar voltadas para idosos.



Eixo Assistência Social

Lançada frente parlamentar em defesa da assistência social

O CRP-12 participou, junto à apresentação no Fórum Estadual Permanente de Assistência Social – FEPAS, de reunião no dia 16 de junho para instaurar a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. O encontro, promovido pela deputada Luciane Carminatti, contou com a presença de participantes do FEPAS, deputados e representantes dos legisladores.

A Frente Parlamentar tem como principal objetivo implementar e fortalecer o SUAS em SC. A deputada

Carminatti destacou que, com a retomada desse espaço, pretende-se construir um planejamento estratégico que dê conta de tais objetivos, em especial a garantia de percentual mínimo de repasse do governo estadual para o cofinanciamento da Assistência Social nos municípios de Santa Catarina.

Os presentes resgataram o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, proposto pelo FEPAS, que visa a garantir o repasse de no mínimo 1% da Receita Líquida do estado

para a Assistência Social. Em fase de coleta de assinaturas, a iniciativa foi intensificada, principalmente nas etapas de conferências municipais e estaduais. O representante do CRP-12, Igor Schutz dos Santos, destacou que o projeto pelo repasse mínimo de 1% implica ainda mais o estado no compromisso com a garantia da execução da política de Assistência Social. Reiterou, ainda, a importância da sensibilização e envolvimento da Assembleia Legislativa nessa frente.

Comissão de Assistência Social da OAB

A Comissão de Assistência Social da OAB segue seus trabalhos em 2015 com o apoio do CRP-12. Uma pesquisa para compreender o papel do advogado nos CREAS dos municípios catarinenses está em fase de coleta de dados para posterior análise. Esse estudo, inédito no Brasil, trará mais luz sobre as atividades realizadas e as lacunas ainda encontradas nos CREAS. Espera-se contribuir para a que os municípios efetivem a NOB-RH e a Resolução 17/2011 do CNAS – que versa sobre as equipes de referência – e vislumbrem soluções frente a necessidade de orientação jurídica que usuários dos serviços e equipes de referência sentem em sua

atividade cotidiana.

No mês de agosto foi realizado encontro na sede da OAB em Florianópolis para discutir os resultados da pesquisa e as propostas da Comissão, à luz dos direitos sociais, garantia de acesso a informação qualificada por parte de usuários da política de Assistência Social e outros fenômenos, como a relação entre os serviços desta política e o poder judiciário. Posteriormente, espera-se ampliar o debate para os aspectos formativos dos profissionais do Direito, para que seja contemplada na graduação de Direito a discussão sobre direitos sociais de forma efetiva e abrangente.

Eixo Educação

Psicologia Educacional debatida com parlamentar

A presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, a presidente do Sinpsi-SC, Vânia Machado, e a diretora do Sinpsi, Raquel Frosi, realizaram reunião com a deputada Dirce Heiderscheidt, dia 5 de agosto, buscando apoio da parlamentar numa importante causa para a Psicologia catarinense: a regulamentação da Psicologia nas escolas.

A ação segue o movimento nacional das entidades da Psicologia, que buscam aprovação do PL 3.688/200, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. A deputada Dirce Heiderscheidt se mostrou bastante receptiva ao tema e se colocou à disposição para debater com as entidades uma representação ao Executivo para propositura de Lei que regulamente o tema em nível estadual.

A presidente do CRP-12 também apresentou à deputada pre-

ocupação em relação à normativa do governo estadual que fechou os campos de estágio nas escolas estaduais, causando um grave problema aos 31 cursos de Psicologia no estado. Argumentou que esta demanda foi apresentada em reunião de Coordenadores de curso de Psicologia e representantes da ABEP Nacional e ABEP/SC, durante o II Encontro Ensino de Psicologia, realizado na FURB de Blumenau, em 16 de maio de 2015. A deputada se dispôs a atuar para a organização de audiência pública que reúna as entidades interessadas para ampliar o debate.

As representantes do Sinpsi-SC apresentaram, ainda, a demanda de uma Lei estadual que regulamente o Piso Salarial da categoria. A partir da disponibilidade apresentada pela deputada para encaminhar tal Projeto de Lei, as dirigentes sindicais a convidaram para o IV

Seminário sobre Piso Salarial do(a) Psicólogo(a) em SC, que será realizado no dia 28 de agosto, como parte das comemorações do Dia do Psicólogo. Como a deputada estará em viagem, a assessoria parlamentar comparecerá, para debater a proposta com a categoria.

Inserção de psicólogos/os e assistentes sociais

A deputada Dirce Heidercheidt elabora Projeto de Lei para inserção da Psicóloga(o) na rede estadual de ensino e encaminha ao CRP/12. O Eixo Educação do CRP/12 convidará entidades para apreciação do projeto e adequação ao PL Nacional, para posterior articulação com a Deputada e agendamento de audiências Públicas sobre o tema.



Campo de estágio - O CRP vem atuando para ampliar e assegurar os campos de estágio de estudantes de Psicologia na área da educação. A diretoria do CRP-12 solicitou audiência com o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, para tratar do tema e aguarda agenda por parte dos representantes estaduais.

Análise do site da Comissão Nacional de Psicologia na Educação do CFP

A Comissão Nacional de Psicologia na Educação do CFP solicitou as Conselhos Regionais uma análise do novo site, o PSINAED. O tema foi pautado pelas conselheiras integrantes do Eixo Educação da Comissão de Políticas Públicas, Tatiane Cristine da Silva e Simone Vieira de Souza, na Plenária Ordinária do CRP-12, em outubro. A análise do VIII Plenário do CRP-12 foi enviado à Comissão Nacional, com o seguinte texto:

“O VIII Plenário do CRP-12 não está de acordo com a proposta apresentada, considerando que construir referências técnicas para a categoria não é o mesmo que disponibilizar conhecimento já produzido em um site.

Entendemos que a construção de referências necessita de uma metodologia que garanta não somente a indicação de materiais produzidos daquela determinada área. Isto por-

que consideramos que a construção de referências requer mais do que disponibilização de material, mas também a organização do que vem sendo produzido, articuladamente às práticas que estejam sendo desenvolvidas em consonância com princípios éticos da profissão, e, sobretudo tais referências devem ser apoiadas em princípios de uma política educacional que garanta desenvolvimento e inclusão de sujeitos. Ademais, a proposta apresentada desconsidera o material já produzido anteriormente pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e pelo próprio Conselho Federal de Psicologia nos anos 2009, 2010 e 2013, assim como as deliberações do Congresso Nacional de Psicologia e as discussões do Seminário Nacional do Ano da Educação (2008, 2009), e não convida à discussão entidades importantes nes-

te campo como a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE.

Sendo assim, o VIII Plenário do CRP-12, entende que o modo como foi conduzida a proposta apresentada não está de acordo com um trabalho que possibilite de fato a ampla discussão e reflexão crítica da categoria no campo da Educação e a elaboração de referências que possam contribuir para a qualificação da atuação das(os) psicólogas(os) em seus espaços de atuação. Entende-se, ainda, que o mesmo como está apresentado, sobretudo, no que se refere aos integrantes/equipe que constitui o grupo é apresentado de maneira personalista, contrariando princípios e encaminhamentos importantes no que tange a gerência e condução de trabalhos de uma autarquia.”

Eixo Educação

Seminário de Psicologia Educacional do IFSC

No dia 6 de novembro ocorreu em Florianópolis o Seminário de Psicologia Educacional promovido pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) com a participação de mais de trinta psicólogas(os). O evento ocorreu no auditório do Campus Florianópolis, com o apoio do CRP-12 e teve como tema “A atuação do Psicólogo na EPT: caminhos traçados, práticas possíveis”.

A presidente do CRP-12 Jaira Terezinha Rodrigues integrou a mesa de abertura e ressaltou algumas das ações da entidade nessa área. “Organizamos pesquisa para saber quantos somos e as práticas profissionais desenvolvidas”, disse ela, que complementou: “Contamos com vocês que atuam nas escolas para militar na defesa da inserção do psicólogo na escola, na

criação do núcleo da ABRAPEE/SC, na defesa de uma escola mundo, onde caibam todos os mundos, da construção de cidadania e inclusão social”. Jaira lembrou os presentes que este Seminário é um evento preparatório ao 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que ocorre em junho de 2016. Foi distribuído um questionário para que os participantes pudessem formular propostas dentro da área de Psicologia educacional.

A coordenadora do evento Cristiane Antunes Espindola Zapelini, psicóloga Educacional do IFSC – Campus Florianópolis, conta que o seminário surgiu a partir de reuniões dos 27 psicólogos de todo o Estado que atuam no IFSC. “Havia muita demanda em discutir nossas práticas, pois alguns desses profissionais trabalham sozinhos”, contou ela. Participaram ainda da mesa de abertura, Janaína Turcato Zan-

chin, psicóloga da Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis do IFSC – Cam-

pus Florianópolis, Marcelo Martins, vice-diretor do IFSC – Campus Florianópolis e Marilda Gonçalves Dias Facci, Phd em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano e professora da Universidade Estadual em Maringá (PR).

Marilda é a presidente anterior da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) e fez a conferência de abertura sobre “Desafios e possibilidades na atuação do psicólogo escolar para a prática profissional”.

Durante a tarde houve o simpósio com o tema “A Psicologia Educacional na EPT: das práticas dos Institutos Federais aos olhares possíveis para o trabalho Interdisciplinar”, tendo como palestras: A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior: desafios e proposições sobre o fracasso escolar, com Fabricio Rodrigues Moura, psicólogo da UTFPR e mestre em Psicologia; Contribuições do Conselho Regional de Psicologia de SC para a atuação na educação, com a conselheira do VIII Plenário do CRP-12 Tatiane Cristina da Silva e Interfaces entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Institucional, com Marivete Gesser, psicóloga e Professora do CFH/UFSC.



NÚCLEO ABRAPEE EM SC – Durante o evento no IFSC, ocorreu uma reunião de articulação para implementação do Núcleo Regional da Abrapee em Santa Catarina. Essa tentativa já havia sido feita em 2012, mas faltou o número mínimo de profissionais que pudessem iniciar o Núcleo. A presidente anterior Marilda fez um relato da Associação, que já possui núcleos regionais em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rondônia, e explicou os objetivos do trabalho da entidade. “Queremos fortalecer e ampliar a discussão sobre nosso papel, além de conquistar, por exemplo, a inclusão do psicólogo na carreira da educação”, disse ela, citando o projeto de lei que tramita no Congresso e aguarda votação em Plenário. Depois dessa etapa, ainda é preciso sanção da presidência da República e depois regulamentar essa inserção na rede pública

e na rede privada de educação. “Nossa atuação na Abrapee é batalhar pela escola de qualidade e manter o envolvimento dos psicólogos nas políticas educacionais”, contou Marilda, que abordou ainda a educação inclusiva que vai além da inserção na escola regular: “Defendemos a estruturação das escolas para oferecer aprendizado às crianças com necessidades especiais, ou seja, não é a inclusão física o grande problema, mas sim a inclusão no processo de aprendizagem”.

Outra bandeira da Abrapee é a defesa da escola que consiga ensinar sem a medicalização e sem a individualização dos problemas, além da volta da disciplina de Psicologia no Ensino Médio. A Abrapee possui uma revista científica com conceito A2 na Capes, o que lhe permite difundir ainda mais as pesquisas e estudos nessa área.

Eixo Psicologia na Relação com a Justiça

Atuação das/os psicólogas/os e assistentes sociais do SUS e SUAS quanto à relação com o Sistema de Justiça

Entidades unem esforços para realizar levantamento

O levantamento realizado entre setembro e novembro de 2015 com psicólogas/os e assistentes sociais do SUS e do SUAS, quanto à relação com o Sistema de Justiça, é um esforço comum do CRP-12 com o Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região, a Secretaria de Estado de Saúde/SC, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST/SC, o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/SC, o Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS - FETSUAS/SC, o Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina - SinPsi/SC e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC.

O objetivo desta ação é identificar a existência e a incidência de demandas do Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia Civil e Conselhos Tutelares que extrapolam os objetivos dos programas/serviços públicos municipais de saúde e assistência social executados pelas(os) psicólogas(os) e assistentes sociais.

Com os dados levantados se pretende subsidiar e fortalecer o diálogo com o Sistema de Justiça, identificando caminhos que possibilitem a promoção da Justiça e a de Direitos.

O instrumento de coleta de dados que foi utilizado, via in-



ternet, se destinou exclusivamente às/aos psicólogas/os e assistentes sociais lotados em equipamentos públicos municipais do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina.

As respostas foram voluntárias, a partir do convite feitos pelas instituições envolvidas. As perguntas foram feitas de forma que os profissionais identificassem as demandas do Sistema de Justiça que lhe foram dirigidas entre julho e setembro de 2015.

Com o objetivo de garantir o anonimato e ao mesmo tempo restringir o acesso ao formulário da pesquisa, a senha de acesso foi enviada apenas para profissionais inscritos nos respectivos Conselhos de Classe de Santa Catarina. As entidades agradecem às/aos profissionais que colaboraram com o levantamento.

Etapa de consolidação dos dados

A coleta de dados do Levantamento com psicólogas(os) e assistentes sociais do SUS e SUAS quanto à relação com o Sistema de Justiça encerrou no dia 30 de novembro de 2015, quando iniciou a etapa de análise prévia.

Os dados obtidos foram armazenados junto ao CRP-12, de modo digital e seguro. No mês de dezembro o grupo de entidades responsáveis pelo levantamento se reunirá para uma análise prévia dos dados.

Os participantes (respondentes) terão contato com uma Plataforma, cedida pela Secretaria de Estado e da Saúde, onde haverá informações a respeito dos resultados da pesquisa, materiais de orientação e fóruns de discussão sobre o tema.

Democratização da Comunicação

Debate reuniu grupos de comunicação e movimentos sociais

O debate promovido pelo Comitê de Democratização da Comunicação em Santa Catarina (CDC/SC) colocou na mesma bancada os representantes de grupos de mídia do estado e de associações, movimentos sociais e sindicatos. O evento ocorreu no dia 28 de outubro, em Florianópolis.

O debate foi mediado pela presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues. O Conselho é a entidade que coordena o CDC/SC. Para abordar o tema - “Quão democráticos têm sido os meios de comunicação em Santa Catarina?” – estiveram na mesa o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schroeder; o presidente do Sindicato dos Jornalistas (SJSC), Aderbal da Rosa Filho; a presidente da CUT/SC, Anna Júlia Rodrigues; os jornalistas Sílvio Smanioto, da TV Floripa; Renato Igor, representando o Grupo RBS e Luiz Meneghin, representando o Grupo RIC Record.

Empresas

O jornalista Renato Igor iniciou as falas afirmando que nunca recebeu orientação para falar mal ou bem de qualquer pessoa ou entidade. “Falo o que penso, sem restrições. Trabalho com liberdade”, declarou. Defendeu o grupo em que atua, salientou que há um Conselho de Ouvintes na empresa opinando sobre conteúdos.

O diretor do grupo RIC Record/SC, jornalista Luis Meneghin, afirmou acreditar no papel social da mídia e que a sociedade permite que ela exerça essa função de interlocutor entre fatos e o público.

Meios alternativos

Sílvio Smanioto, jornalista da emissora comunitária TV Floripa, ressaltou o conteúdo de ódio que tem sido veiculado na grande mídia há anos. Citou que a mídia pode crescer sem tanta competitividade, com mais colaboração, sem essa lógica do comércio. Mesmo assim lembrou que há canais que não falam dos envolvidos na Operação Zelotes,



do lado negativo das privatizações, como se estivessem alinhadas.

O jornalista Cássio Giovani Turra, voluntário da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) lembrou que ninguém estava contra a liberdade de expressão e dos problemas enfrentados pelas rádios comunitárias, desde interpretação de leis, funcionamento, impedimentos burocráticos e apoio cultural. “A radiodifusão comunitária é muito abrangente. Uma emissora de rádio vai catalisando os debates locais/regionais. Tem uma potência muito inferior às comerciais e mesmo assim são processadas pelas rádios comerciais”, protestou Turra.

Jornalistas

O presidente do SJSC Aderbal João da Rosa Filho responde à pergunta principal do debate com um contexto histórico brasileiro, “tão democrático quanto o processo de consolidação das empresas de comunicação do estado. Não só de Santa Catarina, mas do Brasil, pois sabemos que RBS e RIC Record são repetidoras de sinal de empresas que assumem posturas políticas”. Para o presidente do sindicato, a prioridade é que os conglomerados passem por um controle social; a exigência de diploma para que seja possível desempenhar o jornalismo; o marco regulatório do artigo 5º da Constituição; a nova Lei de Imprensa e o Conselho Federal como um órgão de regulação.

A presidente da CUT/SC Anna Júlia Rodrigues comentou que os meios de comunicação do estado deveriam informar, “mas sabemos que quando o assunto é sobre movimentos sociais, sindicais, sempre somos criminalizados. A mídia tradicional tem posição contrária aos trabalhadores. Já fizemos a quinta Marcha dos Trabalhadores e conquistamos só três frases. A Imprensa tem lado sim”.

O presidente da Fenaj Celso Augusto Schröder ressaltou que, “a comunicação não é exclusivamente para atender demandas ‘minhas’, é para ouvir a palavra do outro também. É de natureza pública. Fazer este debate é fundamental e, com a presença de representantes das empresas”. Registrou a redução de número de leitores de jornais e audiência da televisão como culpa do país que não produz leitores. “Monopólio não é debate socialista ou capitalista. Se há monopólio não há competição, é ausência de mercado por falta de legislação. Veja que nenhum projeto de comunicação foi aprovado pelo Congresso Nacional há 20 anos”, definiu Schröder.

No final do evento, a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, entregou a Carta aos Proprietários dos Meios de Comunicação para ser refletida entre os meios representados. Os jornalistas Renato Igor e Luiz Meneghin levaram e afirmaram que entregarão à direção das empresas.

Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho

III Congresso Ibero Americano Sobre Assédio Moral e Institucional

Perseguição laboral, mobbing, assédio moral, psicoterror, são diferentes maneiras de se referir ao mesmo fenômeno, que hoje chega a ser um dos problemas mais preocupantes no cotidiano dos trabalhadores. A violência moral, comumente, gera múltiplas consequências negativas para a saúde destes. Estes danos à saúde, na falta de sua identificação ou mesmo na presença de um diagnóstico equivocado, costumam ser tratados através de abordagens pouco eficazes, o que resulta na falta de resolução dos mesmos.

Com o objetivo de propiciar um encontro para refletir sobre as situações que atravessam a realidade iberoamericana de modo geral e gerar estratégias de intervenção-articulação entre os profissionais e os trabalhadores da comunidade em situações de violência no trabalho, é realizado o Congresso Iberoamericano sobre Assédio Moral e Institucional, que em 2015 teve sua terceira edição.

Realizado em Florianópolis de 8 a 11 de outubro de 2015, o III Congresso Ibero-americano sobre Assédio Laboral e Institucional foi realizado em conjunto com o IV

Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho.

Participação do CRP-12

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - CRP-12 contribuiu com a organização e apoio institucional ao Congresso, reconhecendo a importância social do evento. A presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues lembrou que o tema do trabalho é caro para a Psicologia, “tão importante que temos um campo de atuação – Psicologia Organizacional e do Trabalho – como objeto de intervenção”. A Psicologia reconhece também o caráter interdisciplinar que atravessa este campo e neste sentido, o caráter laboral não está presente apenas no fazer do Psicólogo Organizacional, como também, nos fazeres clínicos e educacionais. Processos de trabalho atravessam muitos diálogos da Psicologia em toda sua diversidade de campos de atuação, assim como, espaços plurais na interface com outras profissões.

Para pensar a contribuição da atuação da/o psicóloga/o nos contextos das organizações e do trabalho, o CRP-12 organizou uma

reunião de segmento, no dia 9/10, convidando todas/os psicólogas/os presentes para pensar proposições que apontem os principais desafios e necessidades do campo para a Psicologia catarinense e brasileira. Esta reunião possui caráter de Evento Preparatório ao 9º Congresso Nacional da Psicologia – CNP,

Carta Sindical

Ao final do evento foi lançada a “Carta do Movimento Sindical Brasileiro Presente no III Congresso Ibero-Americano”. Nela, os sindicalistas avaliam a necessidade de criar uma rede nacional sindical para o combate ao assédio moral e a importância da formação política para a prevenção da prática.

Os sindicalistas também assumem na carta o compromisso de fortalecer o debate no meio sindical e construir ações unificadas para o combate ao assédio moral, e denunciam práticas antidemocráticas do Congresso Nacional que ferem a Constituição Federal e as Leis do Trabalho, como, por exemplo, os projetos de terceirização.

Mesa de abertura do III Congresso Ibero Americano Sobre Assédio Moral e Institucional



Moção contra a opressão de gênero nas instituições da Psicologia

Durante a realização da Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), nos dias 12 e 13 de setembro, em Brasília, o CRP-ES apresentou “Moção contra a opressão de gênero nas instituições da Psicologia”, que foi assinada por mais quinze Conselhos Regionais, contendo grave denúncia de assédio ocorrido dentro das instâncias do Sistema Conselhos. A Moção apresenta, em seu teor, link para vídeo com a ocorrência. O CRP-12, de Santa Catarina, figura entre os Conselhos que assinaram a Moção e torna público para conhecimento de todas e todos profissionais do estado. Veja a íntegra da moção:

A delegação do CRP 16 não poderia se omitir. Somos o Estado que lidera as estatísticas nacionais de casos de violência contra a mulher e isso é vergonhoso para nós. Para quem acha chato, engraçado ou risível, nós não achamos.

“Pode, querida. Você pode tudo. Quase tudo comigo, você sabe.”

A frase acima pode parecer inocente, carinhosa, conversa entre amigos ou algo mais.

Mas não é bem assim. Foi proferida por um homem, em uma reunião de trabalho, para uma colega com quem está longe de ter intimidade. Surgiu durante uma discussão, em que mais havia discordância que consenso.

Frases como essa são ouvidas diariamente por mulheres no contexto do trabalho, e em geral servem para neutralizar argumentos, para colocá-las na tradicional condição de terem de seduzir, agradar aos homens para obter o que desejam. Em geral não surgem em discussões entre homens.

A perversidade desse tipo de abordagem está exatamente na aparente suavidade, na sua ambiguidade. “Você pode quase tudo comigo”. Quase tudo o quê? O que isso significa em uma reunião de trabalho?

Frases que inferiorizam mulheres, que nos trazem constrangimentos, piadinhas que nos ridicularizam, diminuem a importância do que fazemos e dizemos, fazem parte do cotidiano das mulheres no lar, no lazer, na escola, no trabalho. São filhas do patriarcalismo, da cultura do machismo que alimentamos em nossa sociedade.

Lutamos, conquistamos lugares no mundo do trabalho, mantemos nossas famílias, estamos em espaços de representação - mas continuamos ouvindo piadinhas, sendo vítimas de violência, recebendo salários inferiores aos dos homens; enfim, seguimos vivendo em uma cultura que nos desvaloriza.

Esse episódio, por si, já seria constrangedor e emblemático, mas uma condição coloca-nos ainda mais preocupadas: foram proferidas pelo vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, psicólogo Rogério Oliveira, em uma reunião de trabalho com as/os presidentes dos Conselhos de Psicologia de

todos os estados brasileiros - o vídeo está disponível neste link: <http://migre.me/rxES1> - o fato vai de 01h10min até aproximadamente 01h14min.

Uma categoria composta por aproximadamente 80% de mulheres. E seu vice-presidente as trata de forma ambígua, de modo a minimizar a relevância do que dizem e a insinuar um papel para essas mulheres. E essa mulher, junto a outras mulheres e homens, lidera um CRP imenso, tal como é o CRP de SP. Merece o nosso total respeito.

Uma diretoria que anuncia lutar pelas condições de trabalho das psicólogas e dos psicólogos, mas cujo representante não respeita as condições mínimas de convivência entre seus pares, pula as barreiras do respeito e insinua “possibilidades”.

Essa é a situação que muitas psicólogas vivenciam cotidianamente nos seus locais de trabalho. O desrespeito machista que se expressa de muitas formas, com interditos e barreiras, com piadinhas, assédio, insinuações, “brincadeiras” - que constrangem, inferiorizam, ferem. E vemos reproduzidas nas relações institucionais dentro da própria categoria.

Nós, mulheres psicólogas, não aceitamos esse tratamento, não aceitamos que, mesmo com frases suaves, coloquem-nos em lugar de submissão, enfraqueçam nossas palavras e ações.

Não nos sentimos representadas e questionamos a legitimidade de um homem que, de seu lugar de poder, desqualifica uma categoria que se compõe e se desenvolve graças ao trabalho de muitas mulheres.

A frase que inicia esse texto não é carinho, não é brincadeira entre amigos - é machismo, é violência.

Assinam essa moção com o CRP-16/ES: CRP-01 - Distrito Federal; CRP-02 - Pernambuco; CRP-03 - Bahia; CRP-04 - Minas Gerais; CRP-05 - Rio de Janeiro; CRP-06 - São Paulo; CRP-07 - Rio Grande do Sul; CRP-08 - Paraná; CRP-10 - Pará/Amapá; CRP-12 - Santa Catarina; CRP-13 - Paraíba; CRP-14 - Mato Grosso do Sul; CRP-18 - Mato Grosso; CRP-17 - Rio Grande do Norte; e CRP-19 - Sergipe.

Vistoria Federal realizada em presídios de Santa Catarina

Condições precárias, análogas à tortura, foram constatadas pelos inspetores

Unidades antigas, instalações inadequadas, umidade, falta de circulação de ar, calor excessivo, mau cheiro, falta de assistência médica, desinformação total dos apenados em relação ao trâmite dos processos na Justiça, falta de espaço para oficinas e aulas, falta de vaga de trabalho para os que estão em regime semiaberto, ou existência da vaga mas demora na decisão judicial de liberar, falta de padronização dos procedimentos no sistema penitenciário como um todo estão entre as observações apresentadas durante uma vistoria realizada em penitenciárias e presídios de Santa Catarina.

Nos dias 13 e 14 de agosto, uma caravana formada por representantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do Ministério da Justiça; Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), da Secretaria de Direitos Humanos, realizou em Santa Catarina inspeções em cinco presídios e penitenciárias nas cidades de Tubarão, Laguna, Florianópolis e São Pedro de Alcântara. O objetivo foi o levantamento das condições físicas e humanas, como parte de vistoria que será realizada em vários estados brasileiros e originará

relatório a ser enviado ao Ministério da Justiça, governos estaduais e entidades ligadas ao Ministério Público, Defensorias Públicas e organizações sociais de defesa dos direitos humanos. O Mecanismo enviará o relatório para o Subcomitê de Combate à Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU). As impressões colhidas em Santa Catarina foram apresentadas, na tarde do dia 14, ao Diretor do Departamento de Administração Prisional (DEAP), Edemir Alexandre Camargo Neto e representantes da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Corregedoria do Ministério Público, Defensoria Pública do Estado, Corpo de Bombeiros e Conselho Regional de Psicologia (CRP-12).

Representantes da Corregedoria do TJSC e do Conselho Regional de Psicologia (CRP-12) acompanharam a caravana. A psicóloga conselheira Yara Hornke, que acompanhou as visitas no dia 13 representando o CRP-12, mostrou-se preocupada com as condições encontradas. “Pudemos observar, no presídio feminino, o caso de uma menina em situação de desespero, que pode facilmente levar a uma situação autodestrutiva. Não há chances de uma pessoa passar por esta situação sem sequelas, um sistema assim não constrói ressocialização”, afirmou Yara.

A representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Deise Benedito, além de confirmar a constatação de casos que podem ser considerados tortura, por se tratar de situação de degeneração humana, também chamou atenção para outro aspecto: a falta de conhecimento, por parte dos servidores, de documentos e protocolos internacionais que normatizam o tratamento de pessoas privadas de liberdade.



Presídio feminino em Tubarão



Presídio masculino em Tubarão



Unidade Prisional Avançada em Laguna



Contra a Redução da Maioridade Penal

A programação do Dia do Psicólogo em Florianópolis contou com a participação dos jovens do movimento Amanhecer Contra a Redução Floriipa, que apresentaram espetáculo teatral reivindicando mais educação e menos prisões. Os jovens interpretaram poema de Gabriel Volinger.

2º Seminário Santa Catarina Sem Tortura

Novas adesões na luta pela efetivação da Lei 12847/2013

O 2º Seminário Santa Catarina Sem Tortura, realizado na quarta-feira dia 19 de agosto, foi um passo definitivo da Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura. A presença do Secretário Adjunto da Casa Civil José Ari Vequi e da Secretária da Justiça Ada De Luca trouxe o Poder Executivo ao debate. Outra participação importante no evento foi da Secretária de Acesso a Direitos e Equidade da OEA (Organização dos Estados Americanos), Ideli Salvatti, que ocupava a pasta de ministra da Secretaria de Direitos Humanos quando foi implantado o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. “Como eu me encontro em Florianópolis, fiz questão de comparecer a este Seminário para ressaltar a importância fundamental da instituição do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, como único caminho para vermos o sucesso dessa iniciativa num país continental como o Brasil”, afirmou Salvatti.

Criado pela Lei 12847/2013, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura determina não somente a criação do Comitê e do Mecanismo Nacional, como também dos comitês e mecanismos estaduais, que devem ser implementados pelos governos estaduais e assembleias legislativas.

Como resultado dos debates, foi

encaminhada a solicitação de audiência com o governador, que será agendada via Casa Civil. A Coordenadora Nacional do Comitê de Combate à Tortura, Karolina Alves Pereira de Castro, que realizou exposição sobre o funcionamento do Comitê, alertou para a importância da implantação do Sistema estadual (composto pelo Comitê e Mecanismo) tenha como origem um Projeto de Lei do Poder Executivo, garantindo sua constitucionalidade e os recursos para sua manutenção.

O 2º Seminário foi promovido pelo CRP-12 junto com TJSC, OAB/SC, Defensoria Pública do Estado, Comissões de Direitos Humanos e da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da ALESC, Ministério Público Estadual, entre outras entidades da sociedade civil organizada. Estas entidades formam a Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura e realizaram o primeiro Seminário no mês de abril.

A presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, coordenou a mesa de abertura que teve a participação do deputado estadual Dirceu Dresch, da Coordenadora Nacional do Comitê de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Karolina Alves Pereira de Castro, da secretária de Direitos Humanos da Corregedoria Geral de Justiça

do TJSC, Adriana Moresco, da representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Bárbara Colonies, e do representante da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB/SC, Alexandre José Biem Neuber, além de representantes da Defensoria Pública Estadual, da Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Justiça e Cidadania e da Secretaria da Casa Civil.

Sobre os Mecanismos Nacionais de Prevenção

A existência da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis violam os direitos humanos e constitui um crime contra a humanidade. A partir dessa realidade, em 18 de dezembro de 2002 através da Assembleia Geral das Nações Unidas, criou-se o Protocolo Facultativo da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis (OPCAT).

A OPCAT exige que cada Estado Parte tome medidas efetivas para prevenir atos de tortura em qualquer território, ainda consagra a criação de um sistema de visitas regulares aos centros de privação de liberdade, com base em dois mecanismos:

- 1) Os Mecanismos Nacionais de Prevenção (MNPs)
- 2) O Subcomitê das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura (SPT), formado por 25 especialistas internacionais que visitam periodicamente vários lugares onde há pessoas privadas de liberdade em todo o mundo.

Os Mecanismos Nacionais de Prevenção (MNP) são órgãos para a prevenção de tortura e maus tratos em nível nacional. São caracterizados como complemento dos sistemas de supervisão existentes e não dependem da autoridade dos poderes executivo, legislativo ou judiciário. Eles fiscalizam o Estado de modo imparcial e os requisitos vêm definidos no próprio OPCAT e nas Diretrizes referentes aos MNPs (CAT/OP/12/15).

Para novas adesões ou para receber materiais informativos, contate: semtortura.sc@gmail.com



Reunião com Poder Executivo do Estado para cobrar o Comitê e Mecanismo de Combate à Tortura em Santa Catarina

Representantes de secretarias e órgãos públicos, entidades e conselhos profissionais cobram o cumprimento da Lei Federal no Estado

Representantes de secretarias e órgãos públicos, entidades e conselhos profissionais se reuniram nesta manhã (20/11) para dialogar sobre a criação do Comitê de Combate à Tortura em Santa Catarina e propor ações para fortalecer a prevenção e o combate à tortura no Estado. A reunião foi realizada no setor administrativo do Ministério Público (MPSC), no centro de Florianópolis. Durante o debate, conduzido pela presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues, um relatório de inspeção dos presídios catarinenses foi apresentado pelo promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do MPSC, Jádel da Silva Jr.

Conforme os dados relatados, Santa Catarina possui atualmente 48 unidades prisionais que oferecem no total 12.112 vagas, mas abrigam 4.755 presos além da capacidade permitida. “Precisamos traçar estratégias baseadas nesses números, e que possam servir para nortear as ações de todos os órgãos institucionais”, ressaltou Jádel. O relatório também mostra que as situações mais críticas estão em Blumenau, com 451 vagas para 906 presos,

e em Itajaí com 1.834 vagas, com 546 presos além da capacidade.

Além de abordar as causas e consequências do déficit no sistema prisional, as autoridades discutiram as medidas para o enfrentamento e prevenção de torturas, por meio da Lei n. 12.847/2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O debate foi baseado na minuta do projeto de lei para criação de um Comitê e Mecanismo de prevenção e combate à tortura em Santa Catarina, já que o estado ainda não possui o Sistema em funcionamento. “Para cumprir a Lei, é necessário que o Governo do Estado assuma o compromisso e seu papel de ser o grande promotor para a implementação do Comitê, pois ele será um grande receptor de denúncias e articulador para fortalecer a prevenção e o combate à tortura”, enfatizou a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues.

O juiz -corregedor do Núcleo de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça de SC, Alexandre Takaschima, fez uso da palavra para reforçar as ações da Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura, formada por diversas entidades catarinenses.

Esse Grupo tem realizado diversas atividades na tentativa de problematizar o poder público sobre a importância da criação do Comitê. A ação mais recente foi a reunião realizada na OAB, dia 09/12, onde o conjunto de entidades pró comitê e Mecanismo analisaram minuta do projeto de lei que será entregue na Casa Civil.

Participaram também da audiência, a conselheira e presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12, Yara Hornk, a perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Bárbara Suelen Coloniese; o assistente da Secretaria de Estado a Segurança Pública, Márcio Fortkamp; a promotora de justiça do MPSC, Sônia Piardi; o integrante da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB-SC, Alexandre Neuber; a gerente de Gestão da Secretaria de Estado da Assistência Social; Ivone Maria Perassa; o representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Rafael Fachini; o integrante da Comissão de Direitos Humanos da ALESC, Marcelo Salomon.

No final do debate, foi formada uma Comissão para construção do anteprojeto de criação do Comitê e Mecanismo.



CRP-12 promoveu debate sobre a consciência negra

No dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, o CRP-12 promoveu o debate sobre o tema e o papel da Psicologia nesse contexto, como um evento preparatório ao 9º CNP. Na mesa dos trabalhos estavam as integrantes da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12: Gabriela Rabello, Lia Vainer Schucman e Yara Hornke e a convidada Jeruse Maria Romão.

A pedagoga Jeruse Maria Romão foi convidada para uma apresentação e abordou o tema da consciência negra nas relações educacionais. Ela é consultora para a implementação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Atua como coordenadora executiva em publicações na temática afro para a educação.

“Todos nós nascemos num mundo racista. Portanto, é preciso chamar atenção dos sujeitos que isso é sistemático e cultural e chega a ser institucional, com tratamentos diferenciados”, disse ela.

“Eu sou professora e meu chão é a sala de aula”, contextualizou Jeruse, que contou trabalhar com professores há 30 anos para que eles lidem com esses assuntos raciais. “Hoje, obviamente, temos outras linguagens, mas não conseguimos combater o racismo e nem mostrar que isso é necessário”, conta.

Ela afirmou que “é preciso ter uma posição muito firme diante disso e não podemos ficar como mais ou menos. Ou reconhecemos que vivemos numa sociedade racista ou não. Em todo lugar vemos que se hierarquiza as pessoas: mulheres em relação aos homens, negros em relação aos brancos e assim por diante”.

Jeruse tratou o racismo como questão política, histórica, mas também como doença. Os conceitos que são vistos junto com a negritude trata de atraso, primitivo,

aculturado, enfim, o absurdo chega ao ponto de acreditar que seria preciso ser branco para ser melhor, uma herança vinda do século XV.

“Consciência negra é uma condição que o ser tem consigo mesmo e no coletivo, ou seja, não tem vergonha de andar juntos e não precisa de autorização de ninguém para falar de si”, concluiu ela.

A doutora em Psicologia Social Lia Vainer Schucman também fez uma apresentação. Atualmente realizando pesquisa de pós doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo no Projeto de Pesquisa “Famílias interraciais: estudo psicossocial das hierarquias raciais em dinâmicas familiares”, Lia mostrou na abertura do evento a Resolução CFP 018/2002, que trata do tema, mas destacou que para poder atuar como define o documento é preciso conhecer o que é o racismo e como ele ocorre, assim como são quais os efeitos psíquicos no sujeito envolvido.

“Sabemos que 52% da população no Brasil é formada por pessoas negras, portanto os efeitos do racismo estarão no CAPS, no CREAS, ou em qualquer política pública. Quando as pessoas falam que houve uma demonstração de racismo, é preciso estar preparado para esse atendimento e acolhimento”, lembra ela.

Em sua fala, Lia abordou a ideia de raça que funciona no nosso imaginário, pois uma sociedade racista só existe porque a raça funciona como estrutura da sociedade. Isto é, separamos as pessoas por classe, gênero e raça.



“A discriminação chega a um ponto que os grupos não alcançam os serviços de saúde ou educação. Quem sofre preconceito não sente-se à vontade de escolher o que quer para ter uma identidade positiva. Uma coisa é querer, outra é ter que fazer para ser aceita”, disse a palestrante, que ainda complementou com mais dados: “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população branca no Brasil é de 147, como se vivesse na Europa, e da população negra é de 38, como se vivessem no Haiti”.

Ela foi enfática ao abordar o papel da Psicologia e disse: “Nós psicólogas(os) precisamos entender que raça vai constituir sujeitos, não só negros, mas os brancos também. O mesmo grupo que inventou a ideia de raças, se auto denominou como raça superior e isso vem do século XIX, quando os europeus se consideravam esteticamente superiores, culturalmente superiores e com inteligência superior”.

Para finalizar, Lia disse que a consciência negra só existirá quando cada pessoa puder escolher lugares públicos que os seus pares sejam bem tratados e não sejam vistos de maneira diferenciada. “Não convivemos diariamente como negros para entender com tanta força o que é isso que chamamos de racismo”, disse.

CATE

Pesquisa subsidia debate sobre especialidades

A Comissão de Análise do Título de Especialista (CATE) do CRP-12 realizou pesquisa sobre a relação do profissional e dos núcleos formadores (através dos coordenadores de instituições formadoras) com o processo de concessão de títulos no Sistema Conselhos de Psicologia. A pesquisa é importante para tornar possível a elaboração de propostas na direção da qualidade da formação profissional.

O processo de reconhecimento de especialidade via Conselho Profissional está diretamente relacionado à importância da existência da Psicologia como uma profissão regulamentada. Enquanto

tal, o Conselho realiza uma atividade que interessa à sociedade e que deve ser prestada por meio de serviços com qualidade e com controle do Estado, que espera que os Conselhos acompanhem o desenvolvimento da profissão.

O Conselho de Psicologia, ao regulamentar o título de especialista e seu registro não inventou especializações para a Psicologia, mas procurou registrar aquelas que existem e são reconhecidas. As especialidades em Psicologia têm se multiplicado e se tornou uma necessidade a partir da diversificação social no mundo contemporâneo. Universidades e

núcleos formadores têm se dedicado à formação de profissionais que atendem estas necessidades, levantando questões relevantes sobre a diferença entre formações profissionalizantes e as formações acadêmicas.

O CRP-12 participa do Grupo de Trabalho (GT) de Especialidades criado pelo Conselho Federal de Psicologia, como representante dos Conselhos Regionais da Região Sul, junto a representantes de núcleos formadores, com o objetivo de discutir e elaborar propostas na direção da qualidade da formação profissional de sua categoria.

Formação Após a Graduação: profissional ou acadêmica?

O Conselho Regional de Psicologia (CRP-12) e o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) realizaram, no dia 25 de junho, o evento “Formação Após a Graduação: profissional ou acadêmica?”, com o objetivo de debater sobre as deliberações do Conselho Nacional de Educação a respeito das especializações acadêmicas e profissionais e suas implicações no âmbito da formação; e informar estudantes e profissionais sobre as possibilidades de continuação da formação em nível de especialização profissional e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

O convidado Jefferson Bernardes, do GT Nacional de especialidades e representante do CFP, impossibilitado de viajar, enviou vídeo com sua fala, que foi apresentado aos presentes.

O vídeo do convidado e também as falas dos demais convidados estão disponíveis, na íntegra, na página do CRP-12 no Youtube: <https://www.youtube.com/user/CRP12SC>

A psicóloga Rosane Lorena Granzotto, integrante do GT Nacional de Especialidades e do IGP - Instituto Granzotto de Psicologia Clínica Gestáltica Ltda. e também do FEPSIC, falou sobre “Especia-



lização Profissional no Âmbito da Formação” e a abordagem sobre “Especialização Acadêmica no Âmbito da Formação” coube ao psicólogo Julio Schruber Junior, professor da Faculdade de Psicologia de Joinville, ACE e representante da ABEP.

COE

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 12ª REGIÃO DE SANTA CATARINA
CNPJ 37115508/0001-45
PUBLICAÇÃO LEGAL

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 12ª REGIÃO DE SANTA CATARINA, instituição fiscalizadora da profissão de Psicólogo, no uso das atribuições legais, conforme decisão do Processo Disciplinar Ético nº 327/10, na forma pela qual estabelece o art. 27, inciso IV, da Lei n. 5.766/71, aplica a pena de

“SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS”

Ao psicólogo GINO MARTINS PEREIRA CRP-12/07769, por infração aos Princípios Fundamentais IV, VI, VII; artigo 1º, alíneas “a”, “b”, “c” e “k”; artigo 2º, alíneas “f” e “j” da Resolução CFP nº 010/2005, e artigo 2º, incisos I, II, III e V da Resolução CFP nº 010/2000.

Florianópolis, 28 de setembro de 2015.

JAIRA TEREZINHA DA SILVA RODRIGUES
Conselheira Presidente

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 12ª
REGIÃO DE SANTA CATARINA
CNPJ 37115508/0001-45
PUBLICAÇÃO LEGAL

“CENSURA PÚBLICA”

à psicóloga ALINE BARGEN HINKEL CRP-12/06331, por infração ao artigo 1º “c” e artigo 2º “j” da Resolução CFP nº. 010/2005.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2015.

JAIRA TEREZINHA DA SILVA RODRIGUES
Conselheira Presidente

Impacto do Marco Regulatório da certificação

É de conhecimento dos Conselhos Profissionais que está em debate no Conselho Nacional de Educação, desde agosto de 2014, o Marco Regulatório sobre cursos de Pós-graduação Lato Sensu/Especialização.

O Conselho Nacional de Educação - CNE apresentou a minuta de resolução que altera dispositivos da Resolução 01/2007 do CNE, a qual estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu em nível de Especialização. A nova proposta do CNE estabelecerá várias mudanças no cenário atual, como por exemplo:

1. A não inclusão dos núcleos formadores como instituições habilitadas a ofertar cursos de especialização profissional;

2. Na proposta, a única opção, em caráter especial, seria tornar os Núcleos Formadores em instituição de pesquisa científica ou tecnológica no molde estritamente acadêmico; não contemplando questões relativas ao exercício profissional;

3. Não faz distinção e não apresenta estar aberto a dialogar sobre especialização em nível acadêmico e profissional;

4. Na forma descrita no Marco Regulatório, os Conselhos Profissionais estariam impedidos de emitir título de especialista;

5. O Marco Regulatório elimina a possibilidade de parcerias entre Núcleos Formadores e Instituições de Ensino Superior – IES para oferta cursos de especialização, como vem acontecendo atualmente.

O Grupo de Trabalho de Especialidades formado pelo CFP, tem o objetivo de discutir e elaborar propostas de adequação do Marco Regulatório. Na forma atual, ele implicará numa série de mudanças no sistema de especializações, que não favorecerá aqueles que as procuram, nem as entidades ofertantes e muito menos os Conselhos Profissionais preocupados com a qualidade da formação profissional de sua categoria.



O fato de restringir as Especializações a Universidades não garante a qualidade dos cursos, nem mesmo garante que a demanda social e a especificidade das abordagens psicológicas e áreas de atuação sejam atendidas. As Especializações oferecidas pela academia tendem a ser exclusivamente teóricas. As Especializações profissionais contemplam, além da teoria, a prática supervisionada e estão correndo risco de desaparecer. Estas Especializações são de grande importância para os profissionais e para a sociedade, pois vêm oferecer uma complementação na formação oferecida pelos cursos de graduação e são ministradas por profissionais de trajetória reconhecida no exercício da especialidade em questão.

Outro ponto destacado é que o MEC e Conselho Nacional de Educação não tem como conhecer todas as especificidades das áreas profissionais, sendo assim, é fundamental que o Sistema Conselhos participe da regulamentação e avaliação das especialidades no âmbito profissional.

Ao regulamentar o título de especialista, não se inventou especializações para a Psicologia, mas procurou registrar aquelas que existem e são reconhecidas. As especialidades em Psicologia têm se multiplicado e se tornado uma necessidade a partir da diversificação social no mundo contemporâneo. Universidades e núcleos

formadores têm se dedicado à formação de profissionais que atendem estas necessidades, levantando questões relevantes sobre a diferença entre formações profissionalizantes e as formações acadêmicas.

O CRP-12 participa do Grupo de Trabalho (GT) de Especialidades, como representante dos Conselhos Regionais da Região Sul, junto a representantes de núcleos formadores, com o objetivo de discutir e elaborar propostas na direção da qualidade da formação profissional de sua categoria. Como encaminhamento do GT nacional está sendo realizado em todo país uma pesquisa com os psicólogos para avaliar a relação do profissional com o processo de concessão de títulos no Sistema Conselhos de Psicologia. Esta pesquisa, coordenada pela Comissão de Análise do Título de Especialista (CATE/CRP-12) está finalizada e torna possível avaliar os impactos do título de especialista na categoria.

Para saber mais, acesse o site do CRP-12. Na categoria vídeos, você pode acompanhar as discussões realizadas no I Seminário de Formação Após a Graduação: Profissional ou Acadêmica? Evento organizado pelo CRP-12, juntamente com o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC para debater sobre as deliberações do CNE a respeito das especializações acadêmicas e profissionais e suas implicações no âmbito da formação.

Diante do exposto, tendo em vista as implicações do marco regulatório sobre direitos já adquiridos pelos Conselhos Regionais, enfatiza-se a necessidade do coletivo e de pautar os Conselhos Federais no sentido de dialogar com o Conselho Nacional de Educação. O objetivo é unir forças para uma estratégia mais ampla em defesa dos estudantes em formação e em defesa das certificações de especialização profissional, que abrange além da Psicologia, várias outras categorias profissionais.

Habilitação de responsável técnico

Constantemente, o CRP-12 recebe psicólogas/os e dirigentes de Comunidades Terapêuticas que buscam comprovar a habilitação de psicóloga/o como responsável técnico perante a Vigilância Sanitária que foi alertada sobre a inexistência de norma desta profissão que possibilite documento semelhante a Anotação de Responsabilidade Técnica. Ainda sim, entre 2008 e 2015 foram recebidos 27 pedidos de inscrição de pessoas jurídicas desta área, deles 8 foram deferidos e 7 aguardam decisão. Nas visitas de inspeção que fizeram parte destes processos de inscrição, duas temáticas aparecem com mais frequência:

1) o exercício profissional da Psicologia pautado nas diretrizes do Código de Ética Profissional da/o psicóloga/o, principalmente no que tange a promoção dos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a fundamentação técnica da metodologia empregada; e

2) as relações entre usuários e representantes da Entidade no que tange o controle de corpos e a indução de princípios morais e religiosos.

Como proposta de diálogo com a categoria, será organizado evento com as/os psicólogas/os relacionadas/os nesses processos e construção de propostas ao Congresso Nacional de Psicologia para regulamentação deste campo de atuação.

Política de Álcool e outras Drogas

Dialogando com a Rede de Atenção Psicossocial e os profissionais da Psicologia que atuam nas Comunidades Terapêuticas

A relação da Psicologia com a questão de álcool e outras drogas acompanha um amplo debate e produção de discursos sobre o uso/abuso de substâncias psicoativas. O CRP/12 entende que as possibilidades de tratamento adotadas pelas políticas públicas e a das instituições privadas e filantrópicas e o olhar para o usuário seja na garantia de direitos.

Para o exercício profissional da/o psicóloga/o, o desafio da atuação voltada para esta questão esteve presente nas discussões do VIII Congresso Regional de Psicologia - COREP, realizado em 2013. Elas apontaram a necessidade do Sistema Conselhos ampliar estratégias para o fortalecimento da oferta de atendimento nas políticas públicas voltadas a Atenção Psicossocial, buscando ações alternativas para a institucionalização, medicalização e internação compulsória de sujeitos considerados “dependentes químicos”. Indicavam igualmente, a necessidade do diálogo com as/os psicólogas/os que atuam nas Comunidades Terapêuticas, como forma de defender os Direitos Humanos.

Ainda nesse processo de construção de teses para a profissão, o VIII Congresso Nacional de Psicologia apresentou deliberações que representaram maior clareza do posicionamento a ser defendido pelos Conselhos Regionais e Federal, sintetizadas pela seguinte proposta:

“O Sistema Conselhos reafirmará os princípios da reforma psiquiátrica, antimanicomial, das redes de atenção psicossocial e da estratégia da redução de danos, fazendo gestão no Poder Público para efetiva implantação da rede substitutiva orientando a/o

psicóloga/o para que, no enfrentamento das questões de álcool e outras drogas, pautar suas intervenções pela Lei nº 10.216/2001”.

Pautado na defesa dos princípios antimanicomial, na efetiva implementação de serviços públicos para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas e da adoção de práticas profissionais alinhadas a perspectiva de redução de danos, as demais teses aprovadas trataram da contribuição da Psicologia para a superação da lógica proibicionista e de guerra às drogas, que tem fomentado inúmeras violações de direitos humanos sob a égide da necessidade de segurança e saúde pública.

Destaca-se ainda, moção de repúdio ao financiamento público e a implantação de comunidades terapêuticas em todo o território nacional.

Estas teses auxiliam na direção de ações aos Conselhos Profissionais, bem como fornecem diretrizes para o exercício profissional. Servem ainda, de tensionamento ao cenário de recrudescimento dos discursos de caráter punitivo, normalizante e da negação de direitos dos usuários de álcool e outras drogas.

Somando a estas deliberações, a cartilha “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os em políticas públicas sobre álcool e outras drogas”, lançada pelo CREPOP em dezembro de 2013 e disponível em versão virtual no site do CFP, também oferece suporte para pensar esta problemática. Destaca inicialmente, o papel da/o psicóloga/o em buscar reconhecer a trama social envolvendo o tema, reconhecendo histórias de preconceito, dominações e opressões dos que fazem uso proble-

mático das drogas. Isso implica no desafio da atuação buscando a garantia de direitos e o enfrentamento da lógica que criminaliza e patologiza os usuários.

Dessa forma, a Psicologia deve estar aliada com a consolidação das políticas públicas, seja na área da segurança pública, seja na saúde, assistência social e educação, uma vez que são imprescindíveis para o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e da proteção social no campo de álcool e outras drogas. Essa relação configura um dos instrumentos fundamentais para o rompimento com espaços de privação de liberdade, do isolamento e institucionalização, que tanto constroem a dimensão ético-política do trabalho do psicólogo.

Cabe aos profissionais problematizar espaços e modos trabalho que violem os direitos humanos e promovem a violência institucional. Neste contexto, se deve adotar práticas que busquem superar a exclusão e estigma dos usuários, através do resgate da dimensão subjetiva e complexa que envolve o fenômeno das drogas na sociedade. Portanto, criar práticas inovadoras de cuidado, exige relações que considere o usuário protagonista e autônomo no resgate de sua condição de sujeito, em que a/o psicóloga/o "(...) deve situar-se como o profissional que busca resgatar desejos, ajudar a ressignificar as experiências de vida e elaborar situações não resolvidas, contribuindo para a constituição de novas subjetividades e

para o processo de transformação social". (CREPOP, 2013, pg76).

Frente a esse panorama, o CRP-12 tem intensificado o diálogo da Psicologia com a temática de álcool e drogas em nosso Estado, seja através da participação em espaços de controle social, como o Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN, na coordenação do grupo de trabalho de atenção psicossocial da comissão de saúde da ALESC, na articulação desta pauta com os conselhos profissionais de saúde. O objetivo é uma efetiva implementação do Plano Estadual da Rede de Atenção Psicossocial de Santa Catarina, e a tentativa de diálogo referente ao credenciamento de pessoas jurídicas de Comunidades Terapêuticas.

Alerta sobre as práticas associadas à Psicologia sem sustentação científica e sem ética dialógica com o usuário

Preocupados com a confusão estabelecida entre a Psicologia, enquanto ciência e profissão, e as práticas autodenominadas psicológicas fundamentadas em matrizes religiosas e místicas, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região vem tensionando o debate com espaços e instituições que ofereçam formação e especialização nestas perspectivas.

Práticas com sustentação mística, seja religiosa ou esotérica, não possibilitam produção e acúmulo de conhecimento científico que ampare a inserção profissional, resultando na limitação da compreensão e capacidade de intervenção na realidade social, isto porque nestas práticas não há possibilidade de questionamentos dos processos humanos, pois estes são da ordem das pré-determinações e transcendentais. Dessa forma, não consideram os sujeitos com capacidade de decisão e reação diante da realidade, sendo sua história de vida

condicionada à vontade divina.

Tomando como exemplo a "Psicologia" Transpessoal e a Terapia de Florais que derivam destas matrizes, são inúmeros cursos, até mesmo vinculados ao Ministério da Educação, que tem formado profissionais de nível superior para exercerem práticas terapêuticas sem garantias científicas. Isso favorece que alunos oriundos destes cursos, dentre eles psicólogos, adotem práticas não reconhecidas ampla e cientificamente, portanto não promotora uma ética dialógica com o usuário.

Ocorre que o exercício profissional necessita de regulamentação e parâmetros, com cobrança de responsabilidades por imperícias e imprudências; a responsabilidade civil do profissional. Como podem ser responsabilizados profissionais que adotam práticas com matrizes religiosas e místicas que não são reconhecidas/regulamentadas? Quem se responsabiliza quando quaisquer

pessoas imbuídas destas práticas assumam atendimentos que seriam de profissões regulamentadas?

No caso da Psicologia, enquanto profissão regulamentada que exige habilitação para seu exercício, cabe ao CRP-12:

a) a fiscalização de práticas sem sustentação científica exercida pelos psicólogos, que vão na contramão da emancipação e autonomia do humano;

b) o questionamento ao papel social do MEC e demais instituições que respectivamente avalizam e vendem cursos de especialização nestas perspectivas e matrizes;

c) o alerta às pessoas que fazem uso destas práticas acerca da diferença delas com o que se propõe a Psicologia, uma vez que tais práticas fazem alusão a propostas imediatistas, deterministas e com previsões taxativas de resultado.

Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12

XV Encontro Paranaense de Psicologia reúne representações dos Conselhos Regionais do Sul

É tempo de diálogo e “Psicologia com participação é movimento” expressa o slogan e, portanto, mote de gestão do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Paraná e do VIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. Mais do que slogans que se encontram em consonância, registra, também, um novo momento da Psicologia Sul Brasileira. O que significa dizer que os três CRs do Sul compartilham representações nacionais e constroem pautas comuns junto ao sistema conselhos.

Tal afirmação pode ser observada com a participação das conselheiras Jaira Rodrigues (presidente do CRP-12) e Simone Vieira de Souza (presidente da Comissão de Orientação e Ética do CRP-12) no XV Encontro Paranaense de Psicologia, com o temário: Direitos humanos, ética e as inovações tecnológicas nas práticas em Psicologia, que ocorreu de 21 a 24 de outubro de 2015, na cidade de Londrina-PR, assim como a vinda dos conselheiros do CRP/PR e CRP/RS, no II Congresso Catarinense Ciência e Profissão, onde apresentaram seminários do Cenário Sul Brasileiro sobre as políticas de álcool e drogas e contexto da Saúde Suplementar.

A conselheira presidente do CRP/12, em sua fala na mesa de abertura do XV Encontro Paranaense, expressou a satisfação em representar o CRP-12, que pela primeira vez participou do Encontro, embora seja do conhecimento de que este é um evento tradicional promovido pelo CRP/08.

Afirmou Jaira, “Vocês devem

estar se perguntando por que somente agora? uma vez que esta é a XV Edição e Santa Catarina é um estado vizinho?”. E seguiu: “Eu respondo a vocês. Para além da temática de extrema relevância social proposta para este XV Encontro Paranaense de Psicologia, essa gestão do CRP/08 tem sido exemplo no cenário nacional ao defender, corajosamente, posicionamentos em relação a temáticas tão caras à Psicologia Brasileira, como, por exemplo, o enfrentamento da homofobia”.

Importante destacar que a atual gestão tem buscado, também, uma postura dialógica com seus pares e tem sido parceira em muitas lutas em defesa dos Direitos Humanos, das Políticas Públicas, do exercício profissional qualificado, do Centro de Referências Técnicas de Políticas Públicas - CREPOP, e outras tantas ações que muitas vezes vão à contramão da atual conjuntura Nacional do Sistema Conselhos de Psicologia.

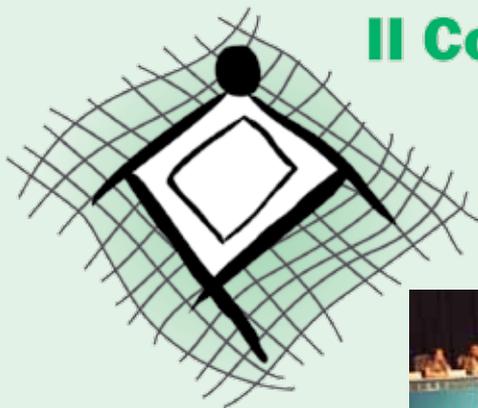
Entre as pautas comuns, as conselheiras compartilharam a Oficina de Orientação e Ética do CRP-12, que se encontra na sua

XVII edição. A realização das oficinas têm se mostrado uma experiência exitosa, no que se refere, especificamente, ao diálogo qualificado, com abordagem de temas do exercício profissional junto à categoria, e com estudantes de Psicologia nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

As conselheiras participantes do evento destacam que os quatro dias de encontro foram marcados por diálogos importantes, reuniões entre entidades e comissões, entre outras articulações políticas, técnicas e científicas. Inspirando-se nas apresentações do simpósio de encerramento, intitulado “Desafios à Psicologia para a construção de uma sociedade mais justa e solidária”, a conselheira Jaira expressou a grandeza que caracterizou do princípio ao fim o encontro. Destacou o reconhecimento da pluralidade da Psicologia, uma diversidade que se faz presente nos mais deferentes campos de atuação, sendo ao mesmo tempo una, na perspectiva de desenhar um projeto para a Psicologia brasileira.



A conselheira presidente e a presidente da Comissão de Orientação e Ética do CRP-12 fizeram apresentação das Oficinas de ética realizadas pelo Regional catarinense às/aos psicólogas/os participantes do XV Encontro Paranaense de Psicologia



II Congresso Catarinense

PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO

Sociedade Contemporânea e Produção de Subjetividade foi o tema que norteou o II Congresso Catarinense Ciência e Profissão, realizado de 11 a 13 de novembro, no Centro de Eventos da UFSC, em Florianópolis.

O evento, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-12) em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) e o Departamento e o Curso de Psicologia da UFSC, discutiu o desenvolvimento da tecnologia científica frente às novas demandas sociais, uma vez que essas refletem na formação e na vida das pessoas, no intuito de enriquecer a análise e compreensão das relações entre o contexto social e o sujeito contemporâneo.

Para aprofundar esta reflexão, a programação se baseou em quatro eixos: *Sofrimento e Violência; *Estado, organização social e Direitos Humanos; *Vida moderna, ambiente e sustentabilidade; *A vida na era da informação, comunicação e tecnologia.

Os desdobramentos destes temas foram debatidos em espaços como conferências, mesas, mini-cursos, apresentações, oficinas e painéis.



Mesa de abertura: reitora da UFSC Roselane Neckel, presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues, coordenadora do FEPSIC Rosane Muller Granzotto, Curso e Departamento de Psicologia da UFSC Leandro Castro Oltramari e, pela ULAPSI, Inea Arioli; pelo CFP Rogério de Oliveira Silva; pela ABEP, Diva Lúcia Gautério Conde; pela FENAPSI, Marcelo Tourinho de Garcia Soares; e pela UFECO, Maria de Jesus



Conferência de abertura: Odair Furtado falou da produção de subjetividade

O doutor em Psicologia Odair Furtado fez a primeira conferência do II Congresso Catarinense de Psicologia, Ciência e Profissão na noite de abertura, 11/11. Para contextualizar o momento atual da sociedade contemporânea, ele fez um resgate histórico dos movimentos de independência de alguns países e da construção das condições para reflexões na população.

Citando vários pesquisadores, filósofos e pensadores que contribuíram com estudos sobre a produção de subjetividade, Furtado lembrou que a base da noção de conhecimento é materialista. Ou seja, o que produz a consciência

é a forma como o ser humano se apropria das condições materiais.

“O valor de uso e o de troca foi sendo incorporado e passamos a nos relacionar com o que é produzido, mas não a partir da produção e sim do consumo”, disse ele, que complementou: “O critério de inserção no mundo é pelo que se consome, não mais pelo que se produz”.

Segundo o palestrante, essa lógica contamina a noção de reflexão e o cotidiano passa ser uma pseudo-concreticidade. “A força de trabalho foi alugada ou vendida, isto é, tanto faz a tarefa que me destino a fazer, desde que eu saiba realizá-la”, exemplificou.



A professora do curso de Psicologia da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), **Genéia Lucas dos Santos**, veio de Caçador para participar do II Congresso Catarinense de Psicologia. Ela destaca a importância da socialização de conhecimento proporcionada pelo evento, além da troca de experiência entre profissionais e acadêmicos. A professora, que também é membro da Associação dos Psicólogos de Caçador (APSIC), acredita que congressos como esse, de abrangência estadual, também são uma boa contribuição para o fortalecimento da categoria.



Conferência sobre o 1º Eixo: Jaqueline Tittoni falou sobre Sofrimento(s) e Violência(s)

Na tarde do dia 12/11, a professora doutora Jaqueline Tittoni, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi a conferencista que apresentou o tema Sofrimento(s) e Violência(s), o primeiro eixo de debates proposto para o Congresso. A psicóloga lembrou da amplitude do tema e de como a violência nos transpassa, em todos os âmbitos, ainda que nem sempre é tomada como um problema.

No recorte dado em sua abordagem, Jaqueline Tittoni falou sobre o sofrimento impingido através da pressão e através da força. Ela falou da violência que se desenvolve como um processo silencioso, que progride sem ser identificado, deixando marcas em todos os envolvidos, mas se referiu também à forma de pressão que se dá pelo discurso. “Nem sempre a forma de pressão se dá pelo silêncio, o controle pode ocorrer pela ‘tagarelice”.

Com a proposta de fazer uma experiência sensível com os presentes, a conferencista, que desenvolve trabalhos na área de fotografia, apresentou imagens da violência, fotografias de guerra que explicitam a violência, questionando como as pessoas reagem diante do sofrimento do outro.

Tittoni também leu partes da crônica “Quero salvar os filhos que ainda não morreram”, da jornalista Eliane Brum, que conta a história de uma mãe que acabou de pagar as prestações do caixão de um filho morto à bala e começou a pagar a prestação do caixão do outro filho. “É terrível comprar caixão para filho vivo, mas meus meninos vão morrer honestamente”, diz o texto. Neste ponto Jaqueline refletiu sobre a violência que não mata: “é o assassinato do futuro: para que matar, se o que se retira é a possibilidade de futuro?”



Na manhã e tarde de quarta-feira, 11 de novembro, os participantes do Congresso participaram dos minicursos e oficinas que abriram a programação, já com grande público



A noite da abertura do II Congresso foi também uma oportunidade de contatos e divulgação de trabalhos, com o lançamento de livros e o coquetel de confraternização



A coordenadora do curso de Psicologia da Universidade do Contestado (UNC) **Liani Favretto** acredita que a realização do II Congresso é relevante porque possibilita a apresentação de trabalhos que mostram muito sobre o fazer do psicólogo. “Para quem está em formação, poder compreender o que a Psicologia busca, que é trabalhar melhor os direitos humanos, é muito importante”. A psicóloga também acredita que o tema “sociedade contemporânea e produção de subjetividade”, está de acordo com a realidade vivida pelo profissional da atualidade, que precisa se posicionar sobre temas em discussão.

Conferência sobre o 2º Eixo: Estado, Organização Social e Direitos Humanos

“Uma reflexão sobre o curioso lugar dos Direitos Humanos na história do movimento social brasileiro”, esta foi a proposta do Dr. Marcus Vinícius Oliveira, psicólogo professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O conferencista fez um resgate histórico da profissão de psicólogo, lembrando que, em sua origem, a Psicologia foi uma profissão conservadora e autoritária: “O papel do psicólogo era o de produzir a conformidade social, produzir ajustes de comportamentos”, disse.

Marcus Vinícius afirmou que a questão dos Direitos Humanos vem politizar, introduzir o elemento político na prática profissional dos psicólogos que vieram trabalhar nos espaços institucionais - nos quais se expressa o drama de uma ampla parcela da nossa popula-

ção, que vive uma cidadania pela metade, uma vida marcada por negações de direitos. “Os Direitos Humanos foram o tapete para introduzir a Psicologia nas políticas públicas”, afirmou o conferencista, que comemorou o desenvolvimento da profissão no Brasil: “Há 15 anos, o CFP se candidatou para ser eleitor no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e teve seu pedido rejeitado, pela sua omissão no tema; há 2 anos, a Maria Luiza, do CRP de Goiânia, presidiu o CONANDA”, exemplificou. Para ele, a Psicologia hoje se apresenta como uma profissão que tem o que dizer nessa questão da justiça social.

Para Marcus Vinícius Oliveira, não se pode ter Direitos Humanos enquanto permanecer intocada a produção de violência do sistema capitalista. “Direitos Humanos deve ser a bandeira da esperança, para que as pessoas não apenas comam, mas que sejam felizes, não discriminadas e não violadas”, concluiu.



Mobilização das Universidades



Algumas instituições de ensino do Estado organizam caravanas para viabilizar a participação de estudantes e profissionais no Congresso. O CRP-12 agradece a todas as Instituições de Ensino Superior que ao longo do ano de 2015 foram parceiras em uma série de atividades realizadas. Que a representatividade dos professores, coordenadores de curso e estudantes se amplie no próximo ano e que muitas ações conjuntas possam ser pensadas em prol da Psicologia catarinense.



O evento também reservou espaço para a música, dança e a confraternização entre os participantes



O doutor em Psicologia **Odair Furtado** destacou a capacidade do Conselho Regional de Psicologia (CRP-12) de fazer parcerias com a universidade e outros movimentos para a realização do evento. Para ele, a Psicologia em Santa Catarina é potente do ponto de vista organizacional. “A ideia de fazer um evento deste tamanho é arriscada, mas foi bem sucedida. A quantidade de pessoas presentes foi maior do que a que entidades nacionais conseguem reunir”, disse. Para o professor, isso demonstra que as pessoas estão interessadas em dialogar.

Conferência sobre o 3º Eixo: Vida moderna, ambiente e sustentabilidade

“A Psicologia pode e deve contribuir para uma desejada mudança na relação entre as pessoas e o ambiente”, afirmou categoricamente Maria Inês Gasparetto Higuchi, doutora em Antropologia Social pela Brunel University of West London – Inglaterra e pesquisadora do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCT), durante a Conferência realizada na manhã do dia 13 de novembro.

Para a professora, a Psicologia Ambiental se remete às relações com tudo que está ao redor de nós: “nela, vamos trabalhar a essência do indivíduo para buscar uma conduta sustentável”, continuou. Maria Inês Higuchi conclamou a todas e todos profissionais psicólogos/os para trabalhar a questão das mudanças climáticas, não somente para dar conforto emocional aqueles atingidos por emergências e desastres, mas também para entender os padrões de comportamento.

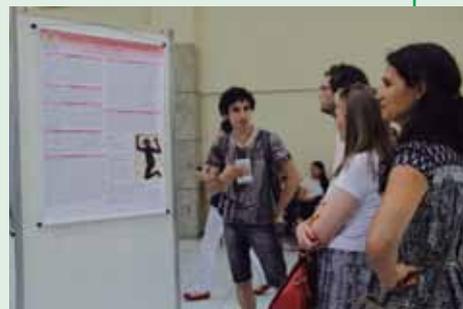
Para a pesquisadora, existem abismos entre o pensar e o agir sobre a crise ambiental: um primeiro grupo considera que essa

discussão é um exagero, que não existem ameaças climáticas; um segundo grupo acredita que o problema existe, mas está sendo resolvido por outros entes; um terceiro grupo entende que o problema existe, mas “não sou eu que causo”; um quarto grupo admite que o problema existe, que “eu contribuo com ele mas não sei o que, nem como fazer”; e finalmente, um quinto grupo pensa que o problema existe, mas “eu só posso mudar alguns hábitos”. Para ela, o que pode motivar uma conduta sustentável é a sensibilização, o conhecimento, o contexto social e o contexto físico.

Maria Inês Higuchi acredita que a Psicologia tem uma importante contribuição, através do aprofundamento no sentido de viabilizar estratégias que venham a mexer com estruturas que estão na gênese dos problemas e não apenas a manifestação deles; investir na redefinição de dispositivos pedagógicos da educação ambiental a fim de permitir as possibilidades existenciais tanto na produção de conhecimentos quanto de subjetividades e de intervenções socio-políticas.



Na sexta-feira, dia 13, o hall do Centro de Eventos ficou colorido com a exposição de painéis com os trabalhos dos participantes



A coordenadora do Curso de Psicologia da Esucri, psicóloga **Sandra Regina de Barros de Souza**, destacou a importância de eventos como este para os alunos. “Nosso curso tem incentivado a produção de trabalhos voltados para essa que é uma grande oportunidade de mostrar o que se produz e conhecer a pesquisa realizada em nossa área”. Outro aspecto ressaltado pela coordenadora da ESUCRI foi o fato de serem apresentadas propostas para o Congresso Nacional de Psicologia (CNP) – várias das atividades do II Congresso Catarinense estão servindo como eventos preparatórios para o CNP.

Conferência sobre o 4º Eixo: A vida na era da informação, comunicação e tecnologia

O conferencista convidado, Celso Augusto Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), foi impossibilitado de comparecer. Desta forma, os convidados para a Mesa Redonda “A morte e a ressurreição do Jornalismo” realizaram o debate no espaço do auditório, sendo eles o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Aderbal da Rosa Filho, a diretora da FENAJ Valci Zuculloto e o psicólogo Marcos Ribeiro Ferreira.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Aderbal Filho, falou sobre o papel dos meios de comunicação de massa, que no Brasil têm assumido o papel de partidos políticos e se esquecem de seu objetivo: informar com qualidade. Ele alertou aos presentes sobre a necessidade de uma reflexão muito profunda do que vem acontecendo com o Jornalismo, uma atividade essencial para a sociedade. Aderbal Filho também apresentou um breve relato do que tem sido a luta pela

democratização da comunicação num país onde 5 famílias detêm 80% dos meios.

A diretora da FENAJ e professora do Curso de Jornalismo da UFSC Valci Zuculloto centrou sua fala na formação dos jornalistas, lembrando que o jornalismo, como profissão no Brasil, remonta ao início do século XX. “Nós defendemos uma formação específica e obrigatória para o exercício da profissão, com uma formação voltada para a função social do exercício do Jornalismo”, afirmou. Zuculloto também destacou que os psicólogos têm sido grandes parceiros na luta pela democratização da comunicação.

Um dos quadros mais atuantes em Santa Catarina nesta luta pela democratização da comunicação, o psicólogo Marcos Ribeiro Ferreira fez um convite aos psicólogos para pensarem a questão da comunicação. “Sem o jornalismo, a pessoa perde a possibilidade de acesso às informações de seu interesse e de interesse para a

sua vida”, assegurou. Para o psicólogo, é indispensável lidar com o jornalismo, tornando comum e acessível as informações relevantes para a humanização da sociedade. Ele criticou a imprensa catarinense, afirmando que “Santa Catarina não tem uma imprensa local mas, sim, é o quintal da RBS. Ao final, Marcos Ferreira leu o texto do abaixo-assinado do Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina (CDC-SC) dirigido aos proprietários dos meios de comunicação no Brasil, em especial aos donos da Revista Veja, dos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Globo, às redes de TV Record, e especialmente à Rede Globo de televisão (com todas as suas afiliadas e associadas) e reivindica aos proprietários destes meios um comportamento condigno com os padrões internacionais de jornalismo ético e profissional, assim como com a liberdade de expressão de toda a sociedade.



Marco da Ros, professor aposentado da UFSC que atualmente leciona medicina na Universidade do Vale do Itajaí (Univali), falou em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) durante uma mesa redonda no II Congresso Catarinense de Psicologia. “O SUS é uma maneira de combater a hegemonia vigente e lutar a favor da subjetividade”, disse. Para ele, a realização do evento é importante porque a Psicologia é uma ciência mais permeável e também discute a sociedade, ao contrário das outras áreas da saúde.

Emoção e reconhecimento pela trajetória dos profissionais homenageados



Tania Vanessa N. Mascarello



Mara Coelho de Souza Lago



Marilena Deschamps Silveira



Marcos Ribeiro Ferreira



José Carlos Zanelli



Marco Aurélio da Ros - O médico sanitário, que esteve presente no evento preparatório, infelizmente não pode participar no dia da homenagem

A emoção começou bem antes do II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão acontecer. Um evento preparatório realizado na sede do CRP-12 no dia 19 de outubro reuniu as/os profissionais escolhidas/os pelas entidades realizadoras do Congresso para ser homenageados. Elas/eles foram recebidos por representantes das entidades promotoras do evento e colegas de profissão dos homenageados para fazerem depoimentos sobre suas trajetórias profissionais no desenvolvimento da Psicologia enquanto profissão.

As psicólogas Tania Vanessa N. Mascarello e Marilena Deschamps Silveira, o psicólogo Marcos Ribeiro Ferreira e o médico sanitário Marco Aurélio da Ros estiveram presentes. A psicóloga Mara Coelho de Souza Lago e o psicólogo José Carlos Zanelli, também homenageados, não puderam comparecer, mas foram contatados pela Comissão de Organização, que utilizou a filmagem destes depoimentos no momento de realizar as homenagens, na noite de abertura do evento.

O vídeo foi exibido após a abertura oficial dos trabalhos, oferecendo aos presentes um testemunho das/os profissionais que marcaram, em diferentes campos, pela sua atuação na Psicologia e na área da Saúde. Na sequência, foram entregues as merecidas homenagens.



Diva Lucia Gauterio Conde, diretora-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e professora da UFRJ, falou sobre o II Congresso Catarinense de Psicologia: “Fiquei bem impressionada com a quantidade de entidades presentes. É importante que uma universidade pública como a UFSC assimile um congresso que pensa e discute a Psicologia”. Ela também destacou a importância do Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC), espaço de articulação das entidades que trabalham com a formação e a profissão de psicólogo em Santa Catarina.

O II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão em números

- ♦ Foram realizadas **1.408** inscrições, abrangendo **17** estados brasileiros, principalmente da região Sul.
- ♦ Um total de **456** profissionais e **952** estudantes.
- ♦ O evento ofereceu **5** conferências, **9** minicursos e oficinas e **23** mesas-redondas.
- ♦ Foram lançados **8** livros e realizadas **5** manifestações artísticas e culturais.
- ♦ Paralelo a isso, foram apresentados **376** trabalhos na modalidade de comunicação oral e pôster, distribuídos em **38** grupos de trabalho.



Para a pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) **Maria Inês Gasparetto Higuchi**, o II Congresso Catarinense de Psicologia ajudou a reunir profissionais e acadêmicos em uma discussão sobre temas da atualidade. A professora falou sobre a Psicologia Ambiental.



O psicólogo **Álvaro Luiz de Aguiar** é coordenador do Curso de Psicologia da FURB, de Blumenau, e participou do I e do II Congresso Catarinense de Psicologia. Para ele, a área da Ciência está entre as melhor representadas no evento. “São muitos e bem representativos os trabalhos apresentados pelos estudantes, tanto os painéis quanto as apresentações orais”, avaliou. Para o coordenador da Psicologia da FURB, o II Congresso se caracterizou como um evento de alto nível pela presença de bons conferencistas.



O acadêmico de Psicologia da UFSC **Lucas Vaz de Mello** participou do II Congresso Catarinense de Psicologia de uma maneira diferente, coordenando uma apresentação de dança circular integrativa. Conductor do grupo “Em cada passo um traço”, o estudante tem percorrido eventos relacionados à saúde divulgando a sensibilização corporal. Ele acredita que a dança é importante para promover o contato nesse tipo de evento, já que “geralmente as pessoas não se conhecem, não conversam”. A apresentação do grupo durante o Congresso envolveu os participantes.



A psicóloga **Lisandra Antunes de Oliveira** é coordenadora do Curso de Psicologia da UNOESC, campus São Miguel do Oeste e fez parte da equipe de pareceristas que analisou os trabalhos inscritos para o II Congresso. Na sua avaliação, o evento é importantíssimo para os acadêmicos que, participando das atividades, começam a conhecer a realidade da Psicologia. “Os temas abordados são extremamente relevantes e atuais e o formato do evento, com seu leque amplo e atividades em várias áreas da profissão, permitiram aos participantes um exercício de escolha importante”, afirmou.



O conselheiro do CRP-RJ **Alexandre Trzan Ávila** considera fundamental para a Psicologia aprofundar as discussões pautadas por questões ligadas à sociedade. Para ele, a realização de um evento do porte do Congresso por um conjunto de entidades da Psicologia catarinense reflete um caminho que se contrói de forma particular em Santa Catarina. “O CRP deve ser uma casa de portas abertas, e Santa Catarina consegue fazer isso com maestria”, afirmou o psicólogo que participou da Mesa “Por uma Ética na Saúde Suplementar”.

27 de agosto

Dia do Psicólogo

Psicologia com Participação é Movimento



Araranguá



Pinhalzinho



Guaramirim



Tubarão

As comemorações em Santa Catarina

60 entidades, serviços e instituições de ensino de Psicologia, de 23 municípios catarinenses, unidos para marcar o Dia do Psicólogo em 2015

O mês de agosto foi de grande destaque para os psicólogos catarinenses. Diversas universidades, entidades e profissionais da Psicologia se mobilizaram em todo o Estado para confraternizar e promover atividades culturais em comemoração ao Dia do Psicólogo, celebrado no dia 27 de agosto. A cada ano se torna maior a mobilização em torno da data, com programações que aca-

bam ocorrendo no decorrer de todo o mês de agosto.

No dia 27, o CRP-12 e o FEP-SIC incentivaram a articulação nas ruas, reunindo estudantes e psicólogos em praças públicas para conversar com a sociedade e apresentar seus diferentes fazeres e seu compromisso social. Foram 60 diferentes entidades da Psicologia mobilizadas, em 23 municípios catarinenses.



Balneário Camboriú



Blumenau



Campos Novos





Chapecó



Concórdia



Florianópolis



Caçador



Ituporanga



Itajaí



Xanxerê



Lages



Orleas



Criciúma

Ações artísticas e culturais

Além de mobilizar profissionais e estudantes para apresentar à sociedade os fazeres da Psicologia, a comemoração do Dia do Psicólogo também foi motivo para incentivar manifestações culturais e se referir a debates importantes, como a questão da redução da maioridade penal e os povos indígenas.

Em praças, calçadões e campus universitários foram realizadas apresentações artísticas, esportivas e diversas dinâmicas.

Três etnias indígenas presentes em Santa Catarina participaram das comemorações em Florianópolis, Rio do Sul e Chapecó. Essa participação objetivou

a visibilidade ao fazer da/o psicóloga/o na saúde indígena. Garantir aos povos tradicionais um serviço que considere sua cultura e realidade é um direito inviolável.

Os profissionais receberam como lembrança a Bolsa Articulação da Psicologia, que mostra a identidade visual do CRP-12. “Precisamos de profissionais cada vez mais conscientes de sua necessária participação em transformar os indivíduos e a própria Psicologia, e, sobretudo considerar as pessoas, grupos ou instituições atendidas como sujeitos de sua história”, destacou a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues.



Orleas



Sombrio



Porto União



Florianópolis



Chapecó

Psicose 4h48 - Em agosto, ainda, CRP-12 trouxe para seis cidades do Estado o espetáculo **Psicose 4h48**, uma produção teatral de grande sucesso da Marcos Damaceno Companhia de Teatro, de Curitiba. A peça provocou debates sobre assuntos emblemáticos envolvendo a saúde mental, medicalização da vida e a prática clínica.

A peça foi realizada em Joinville, Blumenau, Chapecó, Lages, Criciúma e Florianópolis. O espetáculo expôs a alienação causada por remédios como um fluxo de consciência, ou de inconsciência, falando sobre memórias e alucinações. A atriz Rosana Stavis contracenou com Marcelo Bagnara, que interpretou o médico da sua personagem. Em todas as apresentações o público participou de rodas de conversas com os atores e representantes do VIII Plenário do CRP-12 para aprofundar o tema.

O roteiro é baseado na obra da dramaturga inglesa Sarah Kane e aborda questões sobre a depressão psicótica e sobre o que acontece à mente de uma pessoa quando desaparecem por completo as barreiras que distinguem a realidade das diversas formas de imaginação.



Joinville



Lages

CRP-12 assume representação do Brasil na ULAPSI

Ocorreu nos dias 21 e 22 de setembro a Reunião do Conselho Deliberativo da ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia), em Lima, no Peru. Na reunião o CRP-12 assumiu a representação o Brasil, através da conselheira Inea Giovana da Silva Arioli, que na ocasião esteve acompanhada pela suplente da gestão anterior, a psicóloga Monalisa Barros. Nove países estiveram representados nesta reunião: Colômbia, Brasil, Costa Rica, Paraguai, Peru, Argentina, Guatemala, México e Porto Rico.

Com o objetivo de informar sobre as principais discussões e deliberações da reunião, foi enviado ofício para as entidades brasileiras filiadas à ULAPSI, de forma que todos acompanhem as ações e também para articular e fortalecer a participação brasileira no VI Congresso ULAPSI, que será realizado de 8 a 11 de junho de 2016, em Buenos Aires, Argentina. A articulação continuou, ainda em 2015, com reuniões

telefônicas realizadas nos dias 9 e 14 de dezembro entre as entidades brasileiras. As entidades estão planejando a realização de diálogos latino americanos como atividades preparatórias ao Congresso.

Eventos pré-congresso e reuniões estão agendados para mobilizar toda a Psicologia Latino-Americana em torno do Congresso. No dia 7 de julho haverá Assembleia das Entidades e no dia 8 de julho serão realizadas atividades com os Grupos de Trabalho (GTs) da ULAPSI. Também foi definido pela organização que nos dias 6, 7 e 8 de julho serão oferecidos aos participantes do Congresso

minicursos, tanto teóricos quanto práticos.

Dia da Psicologia na América Latina

Na reunião realizada em Lima, em setembro, foi elaborado um vídeo para marcar o dia 8 de outubro, data em que se comemora o Dia da Psicologia na América Latina. O vídeo reúne a fala dos representantes de todos os países da América Latina, editado e finalizado pelo representante da Costa Rica. O vídeo está disponível no site da ULAPSI e o link para acesso é http://ulapsi.org/portal/?page_id=94



Reunião do Conselho Deliberativo da ULAPSI, em setembro de 2015



O VI Congresso ULAPSI será realizado de 8 a 11 de junho de 2016, em Buenos Aires, Argentina, com o tema “Diálogos e interações da Psicologia na América Latina - Construção coletiva para a promoção de direitos e bem viver”. Os eixos de debate serão:

- I) paradigmas epistemológicos e metodológicos da psicologia na América Latina.
- II) Os direitos humanos e envolvimento da psicologia na América Latina.

III) Psicologia, interdisciplinar e intersetorial.

IV) Formação e regulamentação profissional.

V) Áreas de intervenção profissional.

A Psicologia brasileira estará representada no evento e, de acordo com a conselheira Inea Arioli, estão sendo organizadas mesas com as entidades brasileiras e diversos convidados para o Congresso.

Inscrições e informações:
www.congresoulapsi2016.com.ar

O assédio moral no trabalho

A revista Psicologia em Movimento conversou com a psicóloga professora da UFSC Suzana da Rosa Tolfo e o técnico da Superintendência Regional do Trabalho de SC Renato Tocchetto de Oliveira, pessoas que estiveram à frente da equipe que organizou o III Congresso Ibero-Americano sobre Assédio Moral no Trabalho, que se realizou em outubro, na capital catarinense. O CRP/12 apoiou o evento e participou da comissão representado pela conselheira Giuliana Remor. Suzana Tolfo e Renato Oliveira conversaram sobre como e onde ocorre o assédio moral no trabalho, o impacto disso na vida dos trabalhadores e como tratar este assunto no que diz respeito às políticas públicas e empresariais.

- O que caracteriza o assédio moral no trabalho?

Se caracteriza predominantemente por violência psicológica. São situações de humilhação, constrangimento e desqualificações que ocorrem e que são processuais, na literatura se diz que precisa ter em torno de seis meses – o que é muito – imagina alguém sofrendo violência psicológica ter que ter seis meses para caracterizar o problema, isso diariamente. Na verdade, esse é o tempo que a pessoa leva para adoecer. Para definir foi determinado que sejam seis meses, numa frequência de pelo menos uma vez por semana. As características é de que tem que ter uma periodicidade, uma frequência.

O assédio pode se dar de superior para subordinado mas também entre colegas. Depende das características do trabalho, um exemplo são as universidades, por exemplo, onde existe muita competição entre os colegas, principalmente os docentes, por produtividade. Mas na maioria das vezes ele é vertical descendente, da chefia para os subor-



Prof.ª Suzana da Rosa Tolfo

Graduada em Psicologia (1985) e mestre em Administração (1991) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Administração (2000) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora associada do Departamento de Psicologia da UFSC. Tem experiência na área de Psicologia das Organizações e do Trabalho, com ênfase em: trabalho e subjetividade, gestão de pessoas, desemprego, qualidade de vida no trabalho, sentidos e significados do trabalho, assédio moral.

Renato Tocchetto de Oliveira

Graduado em Administração (1988) e mestre em Engenharia de Produção (1996) pela Universidade Federal de Santa Catarina. É responsável pela coordenação do convênio de pesquisa entre a UFSC/SRTE (Superintendência Regional do Trabalho no Estado de SC). Dedicase a construção de Modelo Preventivo para as questões psicossociais do trabalho. Tem experiência na área de Administração, nos temas: Relações de trabalho, macroergonomia, saúde psicossocial no trabalho e qualidade de vida no trabalho.

dinados. Existe a forma ascendente, rara, quando um colega ascende, que pode se dar no serviço público, por exemplo, quando é uma chefia por cargo de confiança, ou indicação política. Há ainda o assédio horizontal e tem misto, que é quando o sujeito é assediado pelo grupo todo. Este último não é tão incomum, porque se o chefe imputa o medo, aí o colega se alia ao chefe porque pensa “antes você do que eu”. Se a meta for do grupo, aquele que não consegue atingir o desempenho esperado é discriminado pelo grupo. Já quando você tem um bom desempenho, o chefe passa a medir a sua resiliência, até onde você aguenta. Vai cobrando, cobrando, pedindo, e aí vê a capacidade de resiliência do sujeito. Hoje para as organizações interessa treinar pessoas resilientes.

- Quais as principais consequências do Assédio?

Uma característica perversa do assédio é que muitas vezes a pessoa não reconhece a agressão até um estágio bem avançado. Se começa com brincadeiras, você nunca sabe se é brincadeira, os outros não reconhecem como violência, até porque a informação depende do contexto. Então o trabalhador passa a ter dores no corpo, mas não reconhece que está tenso durante o trabalho, quando dorme, quando acorda, ele tem dores de cabeça, são os aspectos psicossomáticos mais comuns que podem ser citados, indo até a possibilidade de um suicídio nos casos mais extremos, passando pelo pânico, isolamento e assim por diante.

Mas as organizações também

têm que considerar que tem custos para elas. Quando tem um ambiente propício ao assédio moral, você também vai ter problemas de motivação dos trabalhadores, problemas de insatisfação, índices mais altos de turnover, mais afastamentos, maior índice de trabalhadores com incapacidade para o trabalho, vai ter problemas de clima organizacional e vai ter aquilo que, infelizmente, é o que sensibiliza mais muitos gestores e empresários, que é arranhar a imagem da organização. Quando uma organização tem um processo relacionado ao assédio moral, especialmente comprovado como assédio moral coletivo, que caracteriza como estratégia de gestão, isso tende a ter um impacto do ponto de vista social. Tivemos casos de empresas grandes que tiveram seu nome exposto na mídia. E tem os custos do ponto de vista social, que é quanto a sociedade toda acaba pagando em relação às questões de seguridade, a incapacidade do trabalhador, com afastamentos por longos períodos ou aposentadorias precoces, a qualidade dos próprios produtos e serviços que serão vendidos.

- O assédio então implica num risco psicossocial que traz consequências para a sociedade?

Na Europa, essa questão dos riscos psicossociais levou a mudanças no mercado de trabalho. Foram criados protocolos de avaliação de riscos psicossociais que passaram a ser obrigatórios e as empresas passaram a ter comitês internos para trabalhar com essa questão, principalmente a partir do momento que começaram a acontecer suicídios, atos nos quais as pessoas expressavam que elas não aguentavam mais trabalhar e conviver naquele ambiente. Principalmente a partir de 1990, quando começou a ocorrer uma mudança: as manifestações individuais (suicídio) que antes ocorriam em casa, na vida privada, e

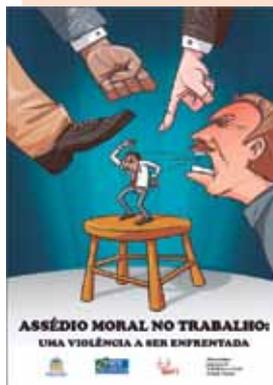
foram levadas para a vida pública, para vida do trabalho. Na França, com a privatização da France Télécom, pessoas passaram a se suicidar no local de trabalho. Foi a década das privatizações, terceirizações, flexibilizações dos direitos trabalhistas, condições que geraram insegurança que, no contexto do trabalho, são propiciadoras para o aumento de problemas de saúde mental.

- Como podemos tratar do assunto no que diz respeito à políticas públicas e empresariais?

Em princípio tem que ter essa declaração clara de que o assédio moral não é permitido. São quatro níveis de intervenção: um seria eliminar os riscos; outro, como os trabalhadores lidariam com estes riscos; e o tratamento das consequências; e o quarto nível de intervenção seria o nível de intervenção do Estado. Este teria, então, que fazer as exigências para que os outros níveis fossem cumpridos e o monitoramento, a fiscalização, através do poder do Estado.

É preciso pensar que, se uma organização e as próprias políticas públicas são voltadas às relações de trabalho, ligadas a bem-estar e a saúde num sentido amplo, elas têm que considerar as intervenções do Estado. As políticas públicas estão num nível macro organizacional. E dentro das organizações tem esse nível que envolve a cultura, o conjun-

to da organização, o nível meso organizacional, ou seja, não basta que a maior parte da organização seja voltada para o bem-estar, se tem determinados grupos ou determinados gestores que nos seus departamentos, nos seus setores, utilizam do assédio moral. Porque isso pode expor a organização inteira. E tem que ter atuação no nível micro organizacional, que é como a gente lida com os indivíduos, com os sujeitos. Então a questão de como lidar com a prevenção e a intervenção em relação às situações que são dos trabalhadores, individualmente, nível meso e macro que envolvem os riscos psicossociais, que dependem dos grupos dentro das organizações, e no nível macro e societário de toda a organização. Quais são os riscos que esta organização apresenta no setor. Por exemplo, quais são os riscos no setor bancário? Eles estão inseridos num nível mais macro organizacional, mas mesmo assim, dentro de um banco, alguns estão sujeitos a alguns riscos diferentes dos outros. Outro exemplo: dentro de uma organização hospitalar, tem os riscos que são do hospital todo, de ter o assédio, mas tem dos grupos das próprias profissões. Os enfermeiros são fortemente afetados por situações de Burnout (Síndrome de Burnout), muitas vezes relacionadas a situação emocional dos cuidadores, ao abuso de poder de médico em relação ao enfermeiro.



Os pesquisadores do Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito (NETCOS) em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina (SRTE/SC/MTE) desenvolveram uma cartilha informativa sobre o assédio moral no trabalho.

As informações básicas sobre o assédio moral no trabalho estão na cartilha, disponibilizada na íntegra no endereço da web:

www.assediomoral.ufsc.br

Gênero, Diversidade Sexual e a Atuação das(os) profissionais de Psicologia

Gênero e Sexualidade, dois conceitos distintos que possuem ampla discussão por diferentes áreas do conhecimento e movimentos sociais. No campo das ciências humanas, considerando os aspectos históricos e culturais, estas temáticas envolvem discussões sobre uma conjuntura social que busca universalizar sujeitos em normas e regras, configurando práticas excludentes e preconceituosas para com as pessoas que se subjetivam de modos distintos a estas normativas. Trata-se, portanto, de temáticas complexas das quais todas/os nós estamos envolvidas/os como seres humanos, pois, somos constantemente interpeladas/os, de forma direta ou não, a ocupar determinadas posições no âmbito social e da vida.

O histórico dos movimentos sociais de luta pela diversidade, os diferentes feminismos e o transfeminismo têm nos demonstrado a opressão, preconceito e violências vivenciadas pelas pessoas consideradas fora da norma. Estes diferentes grupos lutam pelos seus direitos, pela conquista de políticas públicas onde se preserve ao máximo os princípios de Cidadania e Dignidade da pessoa humana, previstos pelo Art. 1º da Constituição Federal do Brasil de 1988. Ou seja, há um movimento constante de resistência para que seja viabilizado aquilo que deveria ser respeitado como condição humana - o direito de ser quem se é.

A Psicologia brasileira possui importante contribuição social para a desnaturalização de posições rígidas sobre gênero e sexualidade e para o enfrentamento das situações de violências e preconceitos. Considerando o cenário atual brasileiro, têm sido

recorrentes os discursos e práticas amplamente conservadores, que desconsideram a diversidade

“Há um movimento constante de resistência para que seja viabilizado aquilo que deveria ser respeitado como condição humana - o direito de ser quem se é.”

e a pluralidade subjetiva. Estas posições são costumeiramente baseadas em uma noção natural e biológica, onde homem estaria para masculino, mulher para feminino e ambos teriam pré-disposição inata para heterossexualidade. Entretanto, o fato é que se ignoram os estudos científicos mais atuais em relação a estas temáticas, que consideram as categorias de gênero e sexo construídas histórica e culturalmente, isto é, datadas e produzidas num determinado contexto social, dismantelando a ideia de linearidade, continuidade e hegemonia para as questões de sexualidade e gênero. Isto abre possibilidades para outros modos de expressões da orientação sexual e identidade de gênero.

Nesta realidade, as/os profissionais da Psicologia têm sido convocadas/os a ocupar um lugar de prescrição, normalização, normatização e patologização das expressões subjetivas consideradas fora do padrão heteronormativo, como é o caso das pessoas travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas, gays e bissexuais

(TTTLGB). Quando as/os profissionais reiteram estas posições, contrariam o Código de Ética da Profissão que está respaldado pelos valores dos Direitos Humanos e por uma perspectiva democrática de direitos. Desse modo, cabe lembrar documentos produzidos pela Psicologia brasileira, legitimados por uma vasta produção de conhecimento que considera os aspectos históricos e culturais.

Em 1999, foi aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) a resolução nº 001/99 que veda condutas discriminatórias ou preconceituosas em relação à questão da orientação sexual, e enfatiza que as/os psicólogas/os não devem abordar a homossexualidade como patologia, distúrbio ou perversão, mas como uma das possibilidades para a sexualidade humana. Além disso, não poderão colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades e pronunciamento públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo que reforcem preconceitos sociais em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica. Deve também contribuir com o seu conhecimento para reflexões sobre o preconceito e contra a discriminação. Esta resolução foi criada na mesma década em que a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial da Saúde – CID/OMS retirou a homossexualidade do rol das patologias. Anos depois, em 2008, foi lançada a cartilha “Adoção, um direito de todos e todas”, que inclui a possibilidade de adoção de crianças e adolescentes por casais de mesmo sexo. Em 2011, o CFP produziu um docu-

*Autor: Ematuir Teles de Sousa,
Psicólogo - CRP 12/12502, Mestrando
do Departamento de Pós Graduação de
Psicologia da Universidade Federal de
Santa Catarina; Núcleo Margens - Modos
de Vida, Família e Relações de Gênero*

mento que reúne diferentes estudos sobre Gênero e Sexualidade, intitulado “Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos”. E aqui, incluem-se os debates atuais em que a Psicologia posiciona-se contrária a patologização das identidades Trans.

As diferentes produções de conhecimentos e campos de atuações da categoria de psicólogas/os, nos demonstra a pluralidade humana no que se refere aos processos de subjetivação. Este aspecto nos possibilita pensar qual o lugar que a Psicologia possui como Ciência e Profissão nas temáticas de gênero e sexualidade, que deve estar direcionada ao acolhimento, inclusão e respeito para com as diferenças e diversidade sexual e não mais

“A atuação das/as psicólogas/os deve caminhar respaldada pelos valores dos Direitos Humanos e contribuir para a consolidação de políticas públicas e respeito para com a diversidade.”

como uma prática normalizadora e normatizadora, muito menos patologizante, tal qual era tida em outros momentos da história. Num cenário mais amplo, a Psicologia Brasileira, leia-se: a atuação das/os psicólogas/os deve caminhar respaldada pelos valores dos Direitos Humanos e contribuir para a consolidação de políticas públicas e respeito para com a diversidade.

Denúncia gera manifestação do CRP-12

A Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia (CDH/CRP-12) enviou ofício à Secretaria de Estado da Educação e à Câmara de Vereadores do município de Tubarão, manifestando sua contrariedade ao posicionamento da psicóloga Patrícia de Souza Teixeira e do vereador de Tubarão Lucas Esmeraldino. Os dois se manifestaram contrários à possibilidade de que o Plano de Educação daquele município contenha um a proposta educacional que contemple as discussões de gênero no tocante à diversidade sexual

e combate à homofobia.

A manifestação da psicóloga e do vereador chegou ao CRP-12 através de vídeo com a fala de ambos, onde eles defendem a “família tradicional”, o que levou a CDH/CRP-12 se manifestar, por considerar que “posicionamentos como estes podem ser reforçadores de tipos de relações que, mais do que levar à exclusão, impossibilitam que essas possam manter sua condição humana, sendo declaradas socialmente mortas, envoltas em medo de ser assassinadas, em seus direitos, e também de fato”.

Considerações do Sistema Conselhos sobre a relação entre Psicologia, Gênero e Religião

O tema interface entre Psicologia, Religião e Gênero esteve na pauta da reunião da APAF - Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos, realizada em maio, onde foi aprovada nota com os votos do CRP-12 e dos CRPs 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22 e 23. A íntegra da nota foi publicada no site do CRP-12 – www.crpsc.org.br.

“Por deliberação da APAF – Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras –, que reúne os 23 Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia, reafirmamos aos psicólogos e à sociedade os necessários posicionamentos do Sistema quanto às interfaces entre Psicologia, Religião e Gênero.

Considerando o cenário político nacional, as movimentações recentes dos psicólogos e dos militantes pelos Direitos LGBT e as lutas históricas da profissão através de seus marcos ético-legais, buscamos ampliar e reforçar as lutas por direitos à livre orientação sexual, pelo respeito à iden-



tidade de gênero e pela laicidade da Psicologia.

(...)

Sobre estes alicerces, pautados na defesa irrestrita dos Direitos Humanos, e entendendo a importância de promover o diálogo sobre matrizes identitárias invisibilizadas, religiosidade e exercício profissional do psicólogo, o Sistema Conselhos de Psicologia reafirma seu compromisso ético e técnico para com as relações entre Psicologia, Gênero e Religião e convida a categoria e a sociedade para fazer avançar este debate.”

Em Santa Catarina, a Psicologia tem certeza: A transhomofobia não tem vez! O CRP-12 sempre se posicionará em defesa da cidadania LGBT e do rigor no exercício profissional.

Atenção aos imigrantes e refugiados

Falta de documentação e dificuldades com o idioma foram algumas das dificuldades apontadas pelos participantes da audiência pública que discutiu a situação dos imigrantes de países africanos e americanos, em especial do Haiti, que vivem em Santa Catarina, realizada na noite do dia 24 de julho, na Assembleia Legislativa. O encontro foi promovido pela Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento catarinense. Entre as conclusões da audiência, a necessidade de políticas públicas que atendam os imigrantes, a revisão da Lei do Estrangeiro e o melhor planejamento das ações voltadas à recepção dos imigrantes por parte do poder público.

“Nosso objetivo com essa audiência é apontar caminhos para garantir que os imigrantes tenham acesso a direitos básicos, como trabalho, moradia, saúde, educação, e que também não sejam vítimas de discriminação que alguns setores querem passar”, explicou o presidente da comissão e proponente da audiência, deputado Dirceu Dresch (PT).

A Comissão de Direitos Humanos do CRP-12 (CDH/CRP-12) tem acompanhado os debates e participado dos eventos sobre o tema. A conselheira Yara Hornke participou da Audiência Pública e falou sobre a preocupação com os relatos de atitudes xenófobas e preconceituosas com relação aos imigrantes, principalmente os haitianos que chegam em Santa Catarina. “Embora sejamos um povo com forte herança migratória de várias nacionalidades, vindos de uma Europa empobrecida e abalada por guerras, que procuravam reconstruir a vida em nossos País, há uma atitude velada de não reconhecer como tal os novos imigrantes; parece-nos uma

reação que vai além do medo dos DIFERENTES, num esforço para ocultar a descendência negra e indígena que afinal todos temos”, lembrou Yara Hornke.

Grupos e associações de imigrantes do Haiti e de países africanos, como o Senegal, acompanharam a audiência. Entre os principais pedidos, a disponibilização de documentação para que os imigrantes possam regularizar sua situação no Brasil, a promoção da cultura haitiana e a convalidação de diplomas estrangeiros. “O Brasil é um país acolhedor e tem várias possibilidades para um estrangeiro. Nosso objetivo é contribuir com o progresso dessa grande pátria, com respeito e paz”, afirmou o presidente da Associação de Haitianos de Florianópolis (Kay Pa Nou), Chery Clarens.

A antropóloga Tamajara Silva, da Pastoral do Imigrante, apresentou estudo sobre os imigrantes em Santa Catarina que aponta que, só neste ano, foram emitidas mais de 2 mil carteiras de trabalho para haitianos. “Nós temos necessidade inadiável de criar um conselho estadual de apoio ao imigrante, de inseri-los no ambiente escolar, de convalidar seus diplomas”, afirmou Tamajara, que apontou várias

outras ações, entre elas a revisão da Lei da Imigração, elaborada ainda durante o regime militar.

A secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Angela Albino, lembrou que mais haitianos devem chegar ao Estado. Ela afirmou que a secretaria vai receber os haitianos que chegarem a Florianópolis no ginásio de esportes Capoeirão, a exemplo do que ocorreu no final de maio, quando os primeiros imigrantes do país caribenho chegaram ao estado. A secretária também defendeu a revisão da Lei do Imigrante e a criação de uma política de acolhimento, que atue de forma preventiva.

A deputada Luciane Carminatti (PT) também defendeu a criação de políticas de acolhimento aos imigrantes e citou como exemplo o projeto desenvolvido pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó, que oferece vagas em cursos superiores para os haitianos que trabalham na região. A professora Sandra Farias Bordignon, responsável pelo projeto, afirmou que o objetivo é dar visibilidade ao tema e inserir os haitianos no meio acadêmico. “O idioma é a nossa maior barreira”, considerou.



III Encontro Nacional de Estudantes Indígenas



O III ENEI (Encontro Nacional de Estudantes Indígenas) reuniu estudantes indígenas de vários estados do Brasil e também representantes das lutas na Colômbia e do México, com a participação de um representante do movimento zapatista.

As discussões giraram em torno de várias temáticas que compõem a causa indígena, como saúde, territorialidade, violência e criminalização, os desafios do ensino superior, a permanência e o acesso. O encontro também foi cenário para inúmeras manifestações políticas e culturais, que com alegria, cores e protestos, marcaram seu espaço na Universidade Federal de Santa Catarina durante de 28/09 a 02/10 de 2015.

Os debates trouxeram a situação específica do indígena dentro da universidade no momento atual com a política de cotas que, da maneira como acontece hoje, pode resultar na diminuição do número de vagas nas universidades em função da concorrência entre as minorias, onde os indígenas entram em desvantagem.

Foi discutida também a necessidade de criação de uma universidade indígena, bem como levantada a proposta de retomada e ampliação dos cursos específicos para as populações indígenas, como o que ocorreu na UFSC com o curso de Licenciatura no qual houve uma estratégia específica de não se ater somente ao espaço da universidade, mas ir a campo, até as aldeias.

A necessidade de planejamento e estratégias para lidar com as inúmeras dificuldades que o estudante

indígena enfrenta ao ingressar na universidade, também foi alvo de discussões e debates, enriquecidos com a intensa participação dos estudantes presentes, com seus relatos de experiências e vivências. As várias formas de preconceito e discriminação e a dificuldade financeira, são apontadas ainda como grandes dificultadores não só da permanência do estudante no ambiente acadêmico, como também da vivência igualitária deste ambiente.

O evento também foi espaço para que representantes indígenas de outros países narrassem suas lutas. A representante da Colômbia, salientou que apesar da derrota na guerra das conquistas dos espanhóis, as culturas e organização social indígena ainda predominam. São cerca de 60 etnias com dialeto e organização social distinta. Não há um estatuto específico para os indígenas e nem a tutela do Estado Colombiano. Muitas comunidades possuem universidades próprias.

O líder zapatista destacou a oposição entre a cultura indígena e o capitalismo. Seja em relação a proposta econômica – preservação do meio ambiente, sustentabilidade como em relação aos valores culturais, combate ao consumismo e individualismo em contraposição a solidariedade e defesa dos interesses coletivos predominante entre os povos originais.

O encontro também foi espaço de construções pertinentes acerca da saúde indígena: conceitos diferentes de saúde, o papel dos sábios (pajés) da medicação natural. Foi apontada

APOIO AOS ESTUDANTES INDÍGENAS

O CRP/12 recebeu os estudantes indígenas em sua sede, onde foi acordado apoio na divulgação do evento em todo o Sistema Conselhos de Psicologia, bem como, a participação do Conselho por meio de representantes da Comissão de Direitos Humanos e GT de Psicologia Indígena.

a semelhança entre as tradições culturais das populações camponesas com práticas tradicionais como benzedeadas, parteiras etc. com as tradições indígenas que teriam a mesma raiz – saberes preservados pela história oral e oposta à cultura ocidental eurocêntrica.

Manifestações aconteceram ao longo de todo o evento, e na tarde da quinta feira dia 01/10 o encontro foi marcado por protestos pelas ruas de Florianópolis, que reuniu diversos povos no Ato Contra o Massacre aos Povos Indígenas, em repúdio a PEC 2015, por mais demarcações de terras, em apoio a causa indígena, aos Guarani Kaiowá e exigindo que seja aberta a CPI do Genocídio. Os estudantes saíram da UFSC em direção ao centro da cidade, chegando ao monumento Dias Velho que, reconhecido enquanto bandeirante exterminador de indígenas, foi alvo de protestos pelas diversas etnias ali presentes.

Nota de Repúdio à Violência Contra os Povos Originários Brasileiros

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05) encaminhou para a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), realizada em maio de 2015, Nota de Repúdio à Violência Contra os Povos Originários Brasileiros que foi aprovada por unanimidade dos Conselhos Regionais. A nota denuncia a ocorrência de graves atos de violência contra os povos indígenas no Brasil e afirma: “Não se trata aqui de estabelecer a primazia de um povo sobre outro e muito menos de eleger o que tenha mais ou menos direito de existir – se indígenas, afrodescendentes ou eurodescendentes. Trata-se, sim, de criarmos condições para a coexistência de todos os povos, sem discriminações de caráter étnico, religioso, racial, de classe social ou de gênero.”

Leia a íntegra em: http://www.crpssc.org.br/?open_pag&pid=4108



CRP-12 apoia movimento contra a redução penal



O movimento “Amanhecer Contra a Redução - Floripa” organizou no dia 17 de outubro, sábado, o Festival Amanhecer Contra a Redução, que foi realizado na Praça Tancredo Neves, em Florianópolis. O CRP-12 definiu pelo apoio à atividade e divulgou o evento formalizando às/aos profissionais da Psicologia convite para realizarem atividades, como oficinas e compartilhar/expor/organizar intervenções no local.

O conselho apoia a causa e o Movimento Amanhecer Floripa, que tem reunido principalmente os jovens em torno do debate da redução da maioria penal e têm se manifestado de várias formas, reafirmando que “Redução Não é Solução”.

As atividades do Festival Amanhecer Contra a Redução iniciaram pela manhã, com o Arrastão do Maracatu que passou pelo centro da capital catarinense, chamando as pessoas para a praça Tancredo Neves. Às 12h foi realizada Roda de Samba, às 14h30 teatro e dança, às 17h batalha de MCs e das 18h às 22h, festival de bandas. Durante toda a tarde, atividades paralelas como oficinas de pandorga e outras foram realizadas. Tudo foi realizado de forma voluntária e aberto à participação do público de forma gratuita. O objetivo é chamar a atenção para o movimento contra a redução da maioria penal, envolvendo os jovens nas atividades.

O CRP-12 esteve entre as entidades que contribuíram financeiramente para o evento, da mesma forma que houve participação de pessoas físicas nas doações. O movimento mantém uma página na rede social Facebook, onde é possível conhecer o movimento e saber sobre as atividades organizadas. Acesse em: <https://www.facebook.com/AmanhecerFloripa>. Fotos: Amanhecer Contra a Redução Floripa

Grafite contra redução da maioria penal exposto na sede do Conselho

No dia 27 de agosto de 2015, Dia do Psicólogo, entre as variadas atividades realizadas no Largo da Alfândega, centro de Florianópolis, uma foi organizada pelo Movimento Amanhecer Floripa, que apresentou uma peça teatral sobre o debate da redução da maioria penal. Outra ação que chamou bastante atenção foi o grafite realizado pelos jovens Monique Cavalcante e Luiz Felipe, fazendo referência à campanha contra a redução da maioria penal. Esta obra dos artistas está em exposição na sede do CRP-12, na parte externa do prédio (localizado na Rua Prof. Bayer Filho, no bairro Coqueiros).



Seminário Licenciatura em Psicologia - Perspectivas de atuação

Numa parceria entre a UFSC, CRP-12 e ABEP-SC, foi realizado o Seminário Licenciatura em Psicologia - Perspectivas de atuação, no dia 18 e 19 de junho, no auditório da Reitoria da UFSC.

A licenciatura em Psicologia constituiu-se numa importante habilitação da/o psicóloga/o. Ainda assim, há pouca valorização dessa habilitação pelos estudantes, professores e profissionais da Psicologia, o que fica evidenciado inclusive na ausência desta habilitação em grande parte dos cursos de Psicologia.

A habilitação em Licenciatura deve estar presente ao longo da formação do psicólogo, tendo sua especificidade garantida após a integralização da formação em Psicologia. Essa formação envolve questões relacionadas à atuação no âmbito da Educação e da atuação pedagógica, não podendo estar desvinculada da formação integral do psicólogo. São muitos os desafios para a implementação da Habilitação em Licenciatura no contexto de um Curso de Graduação em Psicologia.

É a partir desses desafios e compreendendo a importância da atuação da/o psicóloga/o licenciada/o e da ampliação dessa atuação, que foi organizado o

evento, também com o objetivo de difundir a Licenciatura em Psicologia como uma perspectiva de atuação da/o psicóloga/o, apontando os desafios para essa habilitação e as possibilidades de atuação nesse campo.

A primeira mesa de debates tratou da “Licenciatura como habilitação em Psicologia e o Curso de Licenciatura em Psicologia na UFSC”. O professor Leandro Oltramari, da UFSC, falou sobre a necessidade das universidades de incrementar e dar visibilidade aos cursos de Licenciatura, não apenas como cumprimento da legislação. “Este seminário marca o compromisso do Curso de Psicologia da UFSC com essa habilitação”, sublinhou. A importância da prática pedagógica como um componente curricular foi destacada pelo palestrante professor Carlos Naujorks, lembrando que através destas práticas se dá a iniciação dos estudantes no entendimento da complexidade das instituições educacionais. Participaram da mesa ainda o professor Iuri Luna, professora, Diana Carvalho e professor João Minatto.

Na mesa “História, formação e campo de atuação do licenciado em Psicologia”, a representante da ABEP, psicóloga Eliz Marine

Wiggers, avaliou que os cursos se voltaram totalmente para a formação do profissional para o mercado, “abandonando” a Licenciatura. “Precisamos pensar no formato da educação dos nossos educadores, defendemos um projeto de sociedade e não cabe neste projeto um psicólogo neutro”, afirmou a psicóloga. Na mesma direção, a conselheira do CRP-12 Inea Arioli, lembrou que todo Projeto Pedagógico é, obrigatoriamente, um projeto político. Esta mesa foi coordenada pela professora Diana Carvalho, da UFSC, e contou ainda com Raquel Guzzo.

A mesa “Contribuições da Licenciatura em Psicologia para a formação profissional: com a palavra os egressos do Curso” foi coordenada pela conselheira do CRP-12 Simone Vieira de Souza, com as debatedoras Daniela Karine Ramos e Ana Brasil de Oliveira e o debatedor Fabio Henrique Medeiros Bogo.

Na manhã do dia 19 foi realizada a mesa “A experiência dos estágios e do PIBID Psicologia: contribuições para a formação do licenciado e fortalecimento da Licenciatura”, com a coordenação de Marivete Gesser e os bolsistas do PIBID em Psicologia e estagiários em licenciatura como debatedores.



Mesa: “Licenciatura como habilitação em Psicologia e o Curso de Licenciatura em Psicologia na UFSC”



Mesa “História, formação e campo de atuação do licenciado em Psicologia”

Mesa “Contribuições da Licenciatura em Psicologia para a formação profissional: com a palavra os egressos do Curso”



Novos profissionais recebem carteiras de registro do CRP-12 em várias cidades

De junho a novembro de 2015, 400 psicólogos receberam sua carteira de Identidade Profissional em cerimônias realizadas em várias cidades com a presença de conselheiras(os) do CRP-12 e com breves palestras que abordam um pouco da profissão, além da atuação do Conselho em defesa da sociedade. No total foram realizados 19 eventos abrangendo todas as regiões de Santa Catarina. As entregas ocorreram em Rio do Sul, Campos Novos, Blumenau, Lages, Tubarão, Joaçaba, Criciúma, Florianópolis, Joinville, Itajaí, Chapecó e São Miguel do Oeste.

Vale ressaltar que essas cerimônias fazem parte de uma determinação do Conselho Federal de Psicologia, que de acordo com o artigo 2º da Resolução CFP nº. 001/2006, estabelece que os Conselhos Regionais devem “promover reunião de entrega das carteiras de identidade profissional, presidida por Conselheiro do Plenário do CRP, oportunidade em que os recém inscritos receberão informações relacionadas às atribuições e ao funcionamento da autarquia, bem como sobre as obrigações dos profissionais junto à entidade e ao Código de Ética”.



Parte das/os novas/os profissionais que receberam as carteiras profissionais em Lages, no dia 23 de outubro



No dia 16 de outubro foi realizada entrega de carteiras na sede do CRP-12, em Florianópolis



Entrega de carteiras em Joaçaba, no dia 11 de maio



Novas/os profissionais recebem as carteiras em Orleans, dia 6 de maio



Carteiras entregues em Tubarão, no dia 17 de junho



No dia 25 de julho, foi realizada entrega para psicólogas/os de Joinville



Em Criciúma a entrega de carteira ocorreu no dia 11 de setembro



Em Blumenau, profissionais receberam sua carteira no dia 17 de outubro

Piso Salarial: o necessário debate sobre as condições dignas de trabalho

Os profissionais da Psicologia levaram muitos anos para se darem conta de que, como parte da classe trabalhadora, vendiam sua força de trabalho ao capital e, portanto, a luta por melhores condições de trabalho deveria ser uma luta de todos.

Em 1991, Sigmaringa Seixas apresentou na Câmara dos Deputados o primeiro projeto que estipulava um piso para as(os) psicólogas(os). Eram seis salários mínimos por seis horas de trabalho. O projeto tramitou anos e acabou engavetado.

Outros projetos relativos às condições de trabalho da categoria de psicólogas(os) surgiram, dentre eles o PL 3338/08, que previa jornada de 30 horas para a categoria e que foi recentemente vetado pelo vice-presidente Michel Temer, em exercício do cargo de Presidente da República,

não tendo o Congresso Nacional derrubado o veto.

Hoje, tramita um novo Projeto de Lei. Apresentado em 31/03/2015, o PL 1015/2015, de autoria do deputado Jorge Silva (PROS/ES), altera a Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regula a profissão de psicólogo”, para fixar o piso salarial da categoria em R\$ 3.600,00.

Esse Projeto foi aprovado dia 21 de outubro na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal. Agora a matéria ainda deve passar pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), antes de ser apreciada em Plenário.

Deverá depois ir ao Senado e, se alguma modificação for feita,

ele volta a tramitar na Câmara, o que pode demorar meses ou anos. É necessário avançar na discussão e obter posições maduras para uma luta forte (veja quadro).

A presidente da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), Fernanda Magano, ressalta a importância da parceria da entidade com o Sistema Conselhos nesse tema e ainda na construção de uma nova tabela de honorários. Ela também aponta o impacto positivo dessa atualização diante da ampliação da profissão. “Conseguimos novas formas de atuação, como a Psicologia do Esporte, outros espaços na Psicologia Jurídica, a Neuropsicologia avançando consideravelmente, para citar três exemplos do quanto é importante a tabela ter outros procedimentos”, disse ela.

PONTOS DE DEBATE

Os Conselhos Regionais de Psicologia consideraram importante destacar alguns pontos relativos a esse Projeto de Lei, como motivo de debate:

1. A luta por condições dignas de trabalho é também uma luta do Sistema Conselhos de Psicologia, na medida em que a qualidade técnica e ética do exercício profissional se relaciona diretamente com as condições de trabalho.

2. As entidades sindicais devem ser protagonistas nestas lutas pelas condições de trabalho e, para tanto, contam com o apoio e parceria dos Conselhos Profissionais.

3. A luta pelo piso salarial deve ser analisada na conjuntura, o que implica identificar as categorias profissionais que possuem um piso estabelecido, os parâmetros pelos quais eles foram fixados, os impasses e processos jurídicos que tem sido enfrentados para seu cumprimento, assim como os PLs que tramitam relativos a fixação de piso de

outras categorias profissionais.

4. O PL estabelece R\$ 3.600, 00 como piso. Contudo, quanto vale nosso trabalho? Qual o valor mínimo e justo para remunerá-lo? Como isso se adequa a diferentes realidades existentes no país?

5. Na justificação do PL o deputado proponente afirma que o PL não deve alterar o padrão remuneratório dos servidores estatutários da União e de demais entes federativos, sendo destinado a celetistas e deixando de fora, portanto, parcela da categoria que hoje trabalha no SUS, no SUAS e em outras políticas públicas.

Essas questões iniciais evidenciam muitos pontos que merecem ser conhecidos, aprofundados e debatidos para seguirmos a luta. Os dirigentes de vários Conselhos Regionais de Psicologia do Brasil, tem o interesse de promover o debate sobre o PL 1015/2015 e se comprometem com este esforço junto com as entidades sindicais.

Indicador de Gastos com Pessoal

Uma crítica constante à Lei de Responsabilidade Fiscal diz respeito à imposição de limites para os gastos com pessoal. A definição desses limites busca simplesmente permitir que o administrador público cumpra o papel que a sociedade lhe atribuiu: proporcionar bem-estar à população, a partir dos recursos que lhe são entregues na forma de impostos. Por isso, o CRP-12 publica todos os dados referentes aos gastos com pessoal no site, cumprindo a Lei de Acesso à Informação com o

Portal de Transparência. Além disso, a despesa com pessoal apresenta um componente vegetativo importante, responsável pelo crescimento deste tipo de despesa de forma continuada. Por conseguinte, a limitação dos gastos com pessoal em percentual da Receita Corrente Líquida deve-se, antes de mais nada, à necessidade de manter o setor público com os recursos necessários à sua manutenção e ao atendimento das demandas sociais.

Indicador de Gastos Pessoal X Receita Corrente Líquida	43,83
Limite permitido em lei	50,00
Margem	6,17

RECEITAS	set/14	out/14	nov/14	dez/14	jan/15	fev/15
Receita total	R\$ 125.653,45	R\$ 94.080,72	R\$ 80.281,14	R\$ 146.191,92	R\$ 767.039,62	R\$ 792.040,81
(-) Repasses	-R\$ 26.939,91	-R\$ 20.374,34	-R\$ 17.617,31	-R\$ 23.435,74	-R\$ 194.159,04	-R\$ 205.603,81
Receita Corrente líquida	R\$ 98.713,54	R\$ 73.706,38	R\$ 62.663,83	R\$ 122.756,18	R\$ 572.880,58	R\$ 586.437,00
DESPESAS	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15
Pessoal e encargos	R\$ 73.160,96	R\$ 75.516,56	R\$ 70.592,73	R\$ 164.546,97	R\$ 79.882,40	R\$ 100.194,24
Benefícios	R\$ 30.110,75	R\$ 14.674,60	R\$ 15.093,88	R\$ 28.533,02	R\$ 8.664,16	R\$ 4.581,98
Benefícios Assistenciais	R\$ 1.080,57	R\$ 1.080,57	R\$ 1.080,57	R\$ 1.080,57	R\$ 1.176,09	R\$ 1.570,09
Remuneração estagiário	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ 621,00	R\$ -
Total	R\$ 104.973,28	R\$ 91.892,73	R\$ 87.388,18	R\$ 194.781,56	R\$ 90.343,65	R\$ 106.346,31

RECEITAS	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	TOTAL
Receita total	R\$ 541.853,47	R\$ 567.627,99	R\$ 289.163,12	R\$ 222.755,02	R\$ 221.008,42	R\$ 151.739,63	R\$ 3.999.435,31
(-) Repasses	-R\$ 133.370,80	-R\$ 140.656,39	-R\$ 66.559,79	-R\$ 49.403,34	-R\$ 49.672,86	-R\$ 32.209,02	-R\$ 960.002,35
Receita Corrente líquida	R\$ 408.482,67	R\$ 426.971,60	R\$ 222.603,33	R\$ 173.351,68	R\$ 171.335,56	R\$ 119.530,61	R\$ 3.039.432,96
DESPESAS	mar/15	abr/15	mai/15	jun/15	jul/15	ago/15	TOTAL
Pessoal e encargos	R\$ 88.271,50	R\$ 93.757,56	R\$ 61.983,06	R\$ 74.073,85	R\$ 95.211,33	R\$ 105.727,05	R\$ 1.082.918,21
Benefícios	R\$ 20.997,80	R\$ 30.326,78	R\$ 460,69	R\$ 14.969,15	R\$ 26.187,08	R\$ 31.622,65	R\$ 226.222,54
Benefícios Assistenciais	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.570,09	R\$ 1.568,12	R\$ 1.568,12	R\$ 16.485,06
Remuneração estagiário	R\$ 269,10	R\$ 621,00	R\$ 6.479,10				
Total	R\$ 111.108,49	R\$ 126.275,43	R\$ 64.634,84	R\$ 91.234,09	R\$ 123.587,53	R\$ 139.538,82	R\$ 1.332.104,91

Balanço Financeiro 2015

Segundo a Lei 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem

para o exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios orçamentários e extra-orçamentários. Se os ingressos forem maiores

que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. A análise e a verificação do Balanço Financeiro tem como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira.

CRP/SC

Conselho Regional de Psicologia 12a Região
CNPJ: 37.115.508/0001-45

Período: 01/01/2015 a 31/10/2015

Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.827.128,84	3.261.630,41	Despesa Orçamentária	2.979.185,70	3.201.408,71
RECEITA REALIZADA	3.827.128,84	3.261.630,41	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	2.979.185,70	3.201.408,71
RECEITA CORRENTE	3.827.128,84	3.261.630,41	DESPESA CORRENTE	2.916.359,37	2.787.754,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.335.733,05	2.884.932,13	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	941.990,50	941.262,83
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.253.392,04	2.810.408,49	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.974.368,87	1.846.491,62
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	3.079.932,42	2.618.179,90	DESPESA DE CAPITAL	62.826,33	413.654,26
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	173.459,62	192.228,59	INVESTIMENTOS	62.826,33	413.374,26
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	37.819,04	37.117,04	INVERSÕES FINANCEIRAS		280,00
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	37.819,04	37.117,04	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
FUNDO DE SEÇÕES	44.521,97	37.406,60			
RECEITA DE SERVIÇOS	66.142,74	57.887,97			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	59.279,31	46.093,85			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.802,33	2.822,82			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	2.261,10	8.971,30			
FINANCEIRAS	312.568,62	224.460,77			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		1.360,50			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	84.211,98	53.452,34			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	228.356,64	169.647,93			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	228.356,64	169.647,93			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.339,45	9.368,76			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.344,98	84.980,78			
DÍVIDA ATIVA	76.059,85	81.720,78			
MULTAS DE INFRAÇÕES	75,13				
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	210,00	3.260,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	4.492.216,33	4.782.620,06	Pagamentos Extraorçamentários	4.257.868,32	4.758.586,86
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.283.632,52	1.555.147,00	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	2.365.923,67	1.639.401,90
Total:	9.602.977,69	9.599.397,47		9.602.977,69	9.599.397,47

Florianópolis-SC, 31 de outubro de 2015

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CRP-12/01706
528.732.939-34

Fabrizio Antonio Rupp
Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/08012
027.811.559-42

Leonardo Soares de Amorim
Gerente Geral
CRP-MG/85174
895.186.326-34



Atendendo a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7724/2012, o Conselho Regional de Psicologia 12ª Região - Santa Catarina, criou a área Transparência para aprimorar e ampliar o acesso de psicólogas(os) e de todos(as) cidadãos(ãs) a informações sobre o funcionamento da gestão e da administração da instituição.

Acesse no site www.crp.org.br

Balço Orçamentário 2015

O Balço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar: (a) as receitas por fonte (espécie) e (b) as despesas por grupo de natureza. A avaliação da execução do orçamento público é extremamente importante para a formulação, avaliação e condução da política fiscal.

CRP/SC

Conselho Regional de Psicologia 12a Região
CNPJ: 37.115.508/0001-45

Período: 01/01/2015 a 31/10/2015

Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA CORRENTE	5.084.898,17	5.084.898,17	3.827.128,84	1.257.769,33		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.633.322,17	4.633.322,17	3.335.733,05	1.297.589,12		
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	4.526.908,17	4.526.908,17	3.253.392,04	1.273.516,13		
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	4.284.473,17	4.284.473,17	3.079.932,42	1.204.540,75		
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	242.435,00	242.435,00	173.459,62	68.975,38		
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	65.832,00	65.832,00	37.819,04	28.012,96		
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	65.832,00	65.832,00	37.819,04	28.012,96		
FUNDO DE SEÇÕES	40.582,00	40.582,00	44.521,97	-3.939,97		
RECEITA DE SERVIÇOS	81.506,00	81.506,00	66.142,74	15.363,26		
ENHOLIMENTOS COM INSCRIÇÕES	76.979,00	76.979,00	59.279,31	17.699,69		
ENHOLIMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.527,00	4.527,00	4.602,33	-75,33		
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	2.261,10	-2.261,10		
FINANCEIRAS	207.875,00	207.875,00	312.568,62	-44.693,62		
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	60.577,00	60.577,00	84.211,98	-23.634,98		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	207.298,00	207.298,00	228.356,64	-21.058,64		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	207.298,00	207.298,00	228.356,64	-21.058,64		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.157,00	5.157,00	36.339,45	-31.182,45		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.638,00	97.638,00	76.344,98	20.693,02		
DÍVIDA ATIVA	97.638,00	97.638,00	76.059,85	20.978,15		
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	75,13	-75,13		
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	210,00	-210,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	5.084.898,17	5.084.898,17	3.827.128,84	1.257.769,33		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	5.084.898,17	5.084.898,17	3.827.128,84	1.257.769,33		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	3.219.904,57	3.501.821,89	3.070.784,06	2.516.359,37	2.893.257,63	431.037,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.176.554,48	1.186.554,48	1.002.211,45	941.900,50	908.618,96	184.343,03
REMUNERAÇÃO PESSOAL	898.133,19	908.133,19	740.656,52	718.532,57	715.579,53	167.476,67
ENCARGOS PATRONAIS	278.421,29	278.421,29	261.554,93	223.457,93	223.039,43	18.866,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.043.350,09	2.315.267,41	2.068.572,61	1.574.368,87	1.954.678,67	246.694,80
BENEFÍCIOS A PESSOAL	238.280,74	224.541,05	186.472,19	178.668,51	159.886,12	38.069,66
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	14.185,08	18.519,08	14.184,00	14.184,00	14.124,90	4.335,08
USO DE BENS E SERVIÇOS	318.315,93	481.987,53	263.050,44	359.942,74	359.337,86	118.937,09
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	384.643,98	470.904,58	494.863,38	351.780,71	351.780,71	66.041,20
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	822.083,00	954.001,42	953.299,17	927.691,06	927.492,53	742,25
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	207.117,16	79.886,33	81.388,39	61.388,39	61.388,39	18.297,94
SERVIÇOS BANCÁRIOS	58.724,20	80.308,11	80.036,53	75.394,95	75.349,66	271,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	5.318,51	5.318,51	5.318,51	5.318,51	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.864.993,60	1.583.076,28	62.826,33	62.826,33	62.059,33	1.520.249,95
INVESTIMENTOS	290.603,00	268.757,29	62.826,33	62.826,33	62.059,33	205.930,96
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	21.872,00	21.872,00	14.377,50	14.377,50	14.377,50	7.494,50
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	268.821,00	246.885,29	48.448,83	48.448,83	47.681,83	198.436,46
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.574.300,60	1.314.318,99	0,00	0,00	0,00	1.314.318,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.574.300,60	1.314.318,99	0,00	0,00	0,00	1.314.318,99
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.084.898,17	5.084.898,17	3.133.610,39	2.979.185,70	2.955.356,96	1.951.287,78
SUPERÁVIT	0,00	0,00	693.518,45	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.084.898,17	5.084.898,17	3.827.128,84	2.979.185,70	2.955.356,96	1.257.769,33
TOTAL	5.084.898,17	5.084.898,17	3.827.128,84	2.979.185,70	2.955.356,96	1.257.769,33

Florianópolis-SC, 31 de outubro de 2015

Jaira Teresinha de Silva Rodrigues
Conselheira Presidente
CRP-12/01705
528.732.939-34

Fabrizio Antonio Riapp
Conselheiro Tesoureiro
CRP-12/08012
027.811.559-43

Leonardo Soares de Amorim
Gerente Geral
CRP-PG/05174
895.186.326-34

Fique Ligado
na
AGENDA

Janeiro de 2016

14/01	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis
15/01	Reunião com Conselhos de Saúde
22/01	Evento Preparatório: Conjecturas Estaduais sobre políticas para profissão
22/01	Evento Preparatório: Condições Mínimas dos Espaços para Atendimentos Psicológicos
23/01	Plenária Ordinária
29/01	Reunião com as(os) psicólogas(os) de Comunidades terapêuticas
29/01	Evento Preparatório: Psicoterapia
30/01	Reunião de Planejamento Anual

Fevereiro de 2016

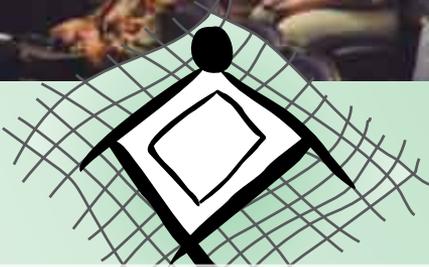
05/02	III Seminário sobre Implantação do Comitê e Mecanismo de Combate a Tortura e lançamento de livro sobre o tema
11/02	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Fpolis
12/02	Assembleia Geral Extraordinária para nomeação da Comissão Eleitoral
13/02	Plenária Ordinária
18/02	Reunião com Articuladores Regionais da Política de Participação e Colaboração
19 e 20/02	Seminário sobre Política de Participação e Controle Social (Veja mais informações no encarte que acompanha esta edição)
24/02	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó
25/02	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
25/02	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
25/02	Evento Preparatório: Imigrantes e Refugiados
26/02	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos

Março de 2016

04/03	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville
04/03	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
05/03	Pré Congresso de Psicologia
05/03	Pré Congresso de Psicologia
05/03	Pré Congresso de Psicologia
10/03	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Fpolis
11/03	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
11/03	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
11/03	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Blumenau
12/03	Pré Congresso de Psicologia
12/03	Pré Congresso de Psicologia
12/03	Pré Congresso de Psicologia
17/03	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Lages
18/03	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
19/03	Plenária Ordinária

Abril de 2016

02/04	Pré Congresso de Psicologia
02/04	Pré Congresso de Psicologia
02/04	Pré Congresso de Psicologia
08/04	Evento de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos
08/04	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Tubarão
09/04	Pré Congresso de Psicologia
09/04	Pré Congresso de Psicologia
09/04	Pré Congresso de Psicologia
14/04	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Fpolis
30/04 01/05	Congresso Regional de Psicologia - COREP



Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826
Escritório Setorial Oeste - Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

e-mail: crp12@crpsc.org.br / www.crpsc.org.br / www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X